



INSTITUTO FEDERAL

Ceará

Campus Juazeiro do Norte

# RELATÓRIO IV ENCONTRO DOS INAPNES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITOS, SABERES E VIVÊNCIAS

"OS LÍRIOS NÃO NASCEM DAS LEIS" (CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE)







**RELATÓRIO DO IV ENCONTRO DOS NAPNES**

*Educação inclusiva: direitos, saberes  
e vivências*

*Os lírios não nascem das leis*

Carlos Drummond de Andrade

**Fortaleza/Juazeiro do Norte**

**2017**

# 1. COMISSÃO ORGANIZADORA

## **Coordenação Geral**

- Agebson Rocha Façanha (coordenador de Projetos Especiais - Proext)
- Aline Siebra Fonteneles Lopes (técnica em assuntos educacionais - campus Camocim)
- Ana Leila Freitas Maciel (técnica em assuntos educacionais - Proen)
- Diná Santana de Sousa (professora - campus Canindé)
- Germana de Sousa Vieira (assistente social - campus Morada Nova)
- Guilherme Júlio da Silva (intérprete de libras - Proext)
- João Martins de Moraes Neto (professor - campus Acaraú)
- José Tomaz de Aquino Júnior (professor- campus Quixadá)
- Hellenvivian de Alcântara Barros (pedagoga - Proext)
- Juliana de Brito Marques do Nascimento (professora - campus Sobral)
- Kelma de Freitas Felipe (assistente social - campus Limoeiro do Norte)
- Lilian Freitas Coelho (técnica em assuntos educacionais - DAE)
- Patrícia Fernandes de Freitas (assistente social - Proext)
- Ricardo Rilton Nogueira Alves (psicólogo - campus Limoeiro do Norte)

## **Colaboradores/as locais do campus Juazeiro do Norte**

- Maria Dias de Menezes (técnica em audiovisual)
- Estudantes

## **Relatoria**

- Aline Siebra Fonteneles Lopes (Assistente de Alunos- campus Camocim)
- Ana Leila Freitas Maciel (técnica em assuntos educacionais - Proen)
- Germana de Sousa Vieira (assistente social- campus Morada Nova)
- Guilherme Júlio da Silva (intérprete de libras - Proext)
- Hellenvivian de Alcântara Barros (pedagoga - Proext)
- Juliana de Brito Marques do Nascimento (professora - campus Sobral)
- Patrícia Fernandes de Freitas (assistente social - Proext)
- Ricardo Rilton Nogueira Alves (psicólogo - campus Limoeiro do Norte)

## **Revisão textual**

- Ana Leila Freitas Maciel (técnica em assuntos educacionais - Proen)
- Lilian Freitas Coelho (técnica em assuntos educacionais - DAE)



**Local do evento:** IFCE – campus Juazeiro do Norte

**Total de campi participantes:** 14 (Camocim, Canindé, Cedro, Iguatu, Itapipoca, Fortaleza, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Tauá, Tianguá, Tabuleiro do Norte, Sobral e Crateús.

**Total de inscritos:** 213

**Média de participantes por turnos:** 50 pessoas

**Total de avaliadores do evento:** 42

# SUMÁRIO

2. Apresentação .....	07
3. Relatos dos Momentos .....	08
3.1. 1º dia - 01.08.2017 (terça-feira) .....	08
3.2. 2º dia - 02.08.2017 (quarta-feira) .....	23
3.3. 3º dia - 03.08.2017 (quinta-feira) .....	48
4. Avaliação pelos participantes .....	69
5. Outras fotos .....	95

## 2. APRESENTAÇÃO

O IV Encontro do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - Napnes aconteceu no *campus* de Juazeiro do Norte no período de 01º a 03 de agosto de 2017.

Com o tema Educação Inclusiva, Direitos, Saberes e Vivências elucidou-se a evolução em nossas apreensões sobre acessibilidade e os desafios para a consolidação do trabalho que vem sendo aprimorado ano a ano.

O evento foi resultado de uma parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão-Proext, o *campus* de Juazeiro do Norte e a Comissão Técnica para Política de Acessibilidade do IFCE. Ademais, o evento teve o apoio de entidades como a OAB, SETEC/MEC e UFC, empresa de áudio-descrição de Juazeiro do Norte (Ademais Comunicação).

As mesas-redondas e as oficinas versaram sobre direitos, métodos de avaliação para PCDs, áudio-descrição, transtornos psicológicos na aprendizagem, adaptação curricular, Lei de cotas e diretrizes para a atuação dos Napnes. Ademais, houve reflexão sobre instrumentais de trabalho dos Napnes e o regimento dos Núcleos.

Os eventos dos Napnes ajudam a fortalecer as percepções e capacidade técnica dos servidores envolvidos para responder as demandas dos direitos, bem como a prática inclusiva da educação



## 3. RELATOS DOS MOMENTOS

### 3.1- 1º dia- 01.08.2017 (terça-feira)

O credenciamento do evento teve início às 13h e foi executado por discentes do *campus* Juazeiro do Norte que colaboraram durante todo o evento.

#### **13h30 - Apresentação cultural - APAE**

Os participantes foram recepcionados pelo grupo cultural da APAE de Juazeiro do Norte, Companhia de Dança Batuque.

Foto 1- Companhia de Dança Batuque



Fonte: Maria Dias de Menezes

#### **14h25 - Abertura do Evento<sup>1</sup>**

Aline Siebra (representante da Comissão Técnica de Acessibilidade do IFCE) ficou responsável pelo cerimonial e após a mesa de abertura fez a leitura de um texto com dados do IFCE, ressaltando a importância da Educação Inclusiva). Em seguida, foi composta a mesa de abertura pelas seguintes autoridades:

---

<sup>1</sup> Durante a abertura do evento, representantes da comissão organizadora, que também atuam na Comissão Técnica de Acessibilidade, concederam entrevista para a TV local. Interessados podem acessar a reportagem através do link: <http://tvverdevale.tv/index.php/telejornais/primeira-hora/9395-encontro-educacao-inclusiva-2>.



- Guilherme Brito de Lacerda - diretor-geral do *campus* Juazeiro do Norte
- Agebson Rocha Façanha - coordenador de Projetos Especiais da PROEXT
- Maria Cleide Barbosa de Sousa - coordenadora da Central de Libras de Juazeiro do Norte
- Francin Costa do Nascimento- representante da SETEC/MEC
- Fca Geni Lustosa - professora da UFC
- Roberta Rocha - diretora de Extensão de Juazeiro do Norte
- Maria do Socorro Alves - diretora da APAE de Crato
- Tainá Ribeiro - assessora de Educação Inclusiva de Juazeiro do Norte

Guilherme Lacerda iniciou dando as boas-vindas a todos e oficializou a abertura do evento. Seguindo, os participantes ouviram ao Hino Nacional da República.

Agebson agradeceu a acolhida do *campus* de Juazeiro do Norte e das parcerias estabelecidas. Fez um agradecimento especial à Proext e à Comissão Técnica de Acessibilidade. Agradeceu também a Empresa de áudio-descrição *ADEMAIS* – Comunicação acessível do Município de Juazeiro do Norte, a qual se dispôs, de maneira voluntária, a fazer a áudio-descrição do evento. Falou, ainda, sobre o papel do NAPNE no IFCE e para a Educação Inclusiva perante a sociedade. E, por fim, fez um resumo da programação do evento.

A cerimonialista pediu para desfazer a mesa de abertura para dar início à mesa-redonda.

Foto 2- Interpretação da mesa de abertura



Fonte: Maria Dias de Menezes



Foto 3- Representantes institucionais para abertura do evento



Fonte: Maria Dias de Menezes

#### **14h40 – Mesa-redonda - Adaptação Curricular: Diretrizes Nacionais e Estratégias de Implantação nos IFs.**

**Palestrantes:** Franclin Costa do Nascimento (Assessor Especial para a Inclusão Social Produtiva e Diversidade na Educação Profissional e Tecnológica – DPR-SETEC-MEC/ Presidente da Associação Nacional de Educadores Inclusivos - ANEI Brasil), e Francisca Geny Lustosa (professora doutora da UFC).

**Mediação:** Prof. João Martins de Moraes Neto

#### **- Exposição de Franclin Nascimento**

Foto 4- Explicação do Franclin



Fonte: Maria Dias de Menezes





Iniciou chamando atenção para a importância de não falar ao microfone no início da apresentação, de modo que as pessoas cegas identifiquem de onde vem o som. Pediu licença para ficar ao lado do intérprete, para os surdos interagirem melhor.

Falou da necessidade de ampliar o tema para além dos IFs e da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, propondo partir de algumas perguntas indutoras referente às pessoas com deficiência:

- Como estamos para acolhê-los e atendê-las? Para conviver com eles? Estamos dispostos a isso? Quais são as dificuldades para atender essa demanda? Qual o nosso papel? Qual o meu papel?

Ressaltou que poucos docentes participam. A maioria dos envolvidos nas ações de inclusão são técnicos administrativos. Assim, pediu que todos se considerem como educadores.

A última legislação referendou a criação de Núcleos de Acessibilidade.

O palestrante fez uma constatação: dificuldades de aprendizagem ocorrem em toda sala de aula, havendo pessoas com deficiência ou não; com necessidade específica ou não. Muitos são indicados para salas de recursos multifuncionais e não sabem lidar com tecnologias assistivas. O desafio é nos prepararmos para lidar com as diferenças.

Apresentou as instituições que compõem a Rede Federal: CEFET, Pedro II, Escolas Técnicas, IFs e Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Em seguida, expôs um pouco da história da Rede Federal Tecnológica:

- Escola de Aprendizes de Artífices (1909): para formar operários e contramestres
  - Criação da Escola Agrícola do Crato – Iguatu – Escola Técnica do Ceará
- IFCEs:

Levantou a discussão sobre a razão de não sermos uma universidade. Porque somos uma instituição voltada para a inclusão produtiva e para a diversidade (Lei nº 11.892/2008). Ofertamos formações continuadas, trabalhamos com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais e deficiências específicas. Também levantou questão sobre qual o perfil do ingresso na rede federal de educação tecnológica. Hoje, temos várias situações como gravidez na adolescência; cadeirantes; baixa visão, audição comprometida, mobilidade reduzida, dentre outras situações.

Alertou para o fato de que outros públicos necessitam da acessibilidade; e que muitas vezes os dispositivos não são adequados: rampas íngremes, sem identificação tátil etc.

Mostrou imagem para refletir sobre um ingresso “justo” na educação:



### ○ nosso Sistema educacional em uma imagem.

Citou a diversidade de públicos atendidos: pessoas com necessidades específicas, com deficiências, superdotação, TEA, transtornos psiquiátricos, distúrbios de aprendizagem, anciões, indígenas, dentre outros.

Assim, é necessário pensar em como compor uma equipe multidisciplinar, fazer uma análise crítica das situações, discutir e propor ações para o contexto escolar, bem como modelos didático-pedagógicos.

Defendeu trabalhar com o princípio da alteridade, conhecer os atores da inclusão: estudantes; família (história e responsabilidade); a instituição desse estudante; a nossa instituição, adquirir tecnologia assistiva, promover estratégias de inclusão, promover a terminalidade específica, promover o atendimento educacional especializado, oferta de educação bilíngue e flexibilização curricular.

Exibiu a imagem do estudante Gustavo Bicca com síndrome de down, que terminou, em 08 anos, o curso de Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas.

#### - Apresentação- professora Geny Lustosa

Professora Geny agradeceu a acolhida e o convite para participar do evento. Afirmou que é militante do movimento de Educação Inclusiva e acha importante dialogar diretamente com os NAPNES.

Iniciou com o seguinte questionamento: Educação Inclusiva: uma ideia ou um direito?

Afirmou: Educação Inclusiva é direito! Esse processo é secularmente negligenciado e temos que nos colocar contra tudo que fere esse direito. Negar matrícula



de alunos com deficiência é crime.

A palestrante enfatizou a necessidade de se revisitar conceitos, colocando que as pessoas com deficiência intelectual apreendem coisas muito complexas, porém não compreendem conteúdos de sala de aula tidos como básicos.

Refletiu, ainda, sobre os “níveis” propostos por Vygotsky: filogênese, ontogênese, sociogênese e microgênese.

Afirmou que pessoas com deficiência também são capazes de aprender. Disse que há diversas experiências exitosas, que é preciso que professores vençam a barreira atitudinal (a pior, na sua visão) e a didática (do ponto de vista pedagógico). Fatores extracognitivos também influenciam os mecanismos operatórios (ambiente – organização de sala de aula, metodologia, etc). Pessoas com deficiência fazem mais apelos aos recursos do meio e apoios, como mecanismos de aprendizagem. Apresentou o quadro de Tarsila do Amaral *Abaporu* e falou sobre a importância do uso da arte como metodologia de ensino, de se trabalhar com a perspectiva de sujeito, para além da deficiência.

Orientou privilegiar na ação docente a situação contextual; tipo/tarefa solicitada; utilização de material concreto etc. Apresentou instrumentais: Escala de observação de inclusão e Escala de observação de práticas pedagógicas.

Quanto à discussão da flexibilização curricular, disse para tentar melhorar o conceito de adaptação como prática. Disse condenar práticas excludentes: se se diminui é porque se acredita que o outro não tem condições de aprender. Nem tudo se aprende à época, naquela idade escolar. O indivíduo não é só aprendizagem intelectual.

### **16h - Debate:**

Professor João iniciou a mediação relatando um pouco de sua experiência. Falou em como se formou e as dificuldades de acessibilidade que encontra no *campus* onde trabalha (Acará) – ausência de rampas, de elevadores; pisos ondulados. O cadeirante, por exemplo, não tem necessariamente problemas cognitivos, então é mais fácil resolver.

Questionou: se contratam professores surdos, contratam intérpretes também? Falou sobre o slide apresentado na mesa que mostrou várias placas. E disse que para o surdo era fácil entender pois é muito visual, mas para pessoas com deficiência visual era mais complicado. Muitas crianças surdas se acomodam e não vão à escola. A acessibilidade hoje não está ideal, mas está bem melhor que há algum tempo.

#### **Após as reflexões do mediador, abriu-se para perguntas:**

- Ana Catarina - estudante do *campus* de Maracanaú, questionou: a que se devem as construções sócio históricas do “ensinar errado”? Os tempos são outros. Temos que refletir sobre como fazemos educação hoje.

- Patrícia - assistente social da PROEXT, perguntou a Geny: que impactos vislumbra para a adaptação curricular no Brasil? E, para o Franclin: como está prevista a adaptação proposta pelo MEC e que recursos a SETEC nos disponibiliza para garantir atuação nos Napnes?

**Respostas:**

Geny ressaltou que o MEC, em seu texto, é contra a terminalidade específica. Inclusão é para além da acessibilidade. A LDB tem 20 anos. Provoca que os NAPNES devem fazer mais. Franclin disse que o último recurso passado para o Napne foi em dezembro de 2011 e que o IFCE, atualmente, só tem 06 Neabis. A proposta da rede federal é de formar o AEE também em outros níveis de ensino. Tentar identificar o que a rede faz hoje e, a partir daí, tentarmos construir uma proposta.

**Perguntas**

- Prof. de Sobral - Afirma que a realidade com que se trabalha no mercado é totalmente antagônica ao que é proposto no IFCE: turmas olímpicas; segregações. Gostaria da opinião da professora Geny.

- Kelma - assistente social de Limoeiro do Norte, indaga se há como melhorar a prática pedagógica? Os *campi* matriculam os discentes com deficiência; mas como lidar com isso? Se baixa visão já causa dificuldade, imaginemos discentes cegos. Pediu a professora que falasse um pouco mais sobre isso.

**Respostas:**

Geny disse que as escalas são frutos de pesquisa. Práticas pedagógicas são construídas coletivamente; não há receitas. Métodos são experimentados e resultados analisados. Há princípios pedagógicos que podem ser seguidos. Há literatura específica a respeito. Indica caminhar no sentido de ler mais, de conhecer mais. A formação requer uma boa Pedagogia de base e específica. Educação é complexa pelo próprio conceito.

**Perguntas**

Fátima (psicóloga de Tabuleiro do Norte): Com relação às barreiras atitudinais, como contribuir para abolir as resistências em relação às formas de se trabalhar?

Professor Neto - *campus* de Sobral, afirma que não consegue cumprir o currículo previsto para a disciplina. Fez modificações em sua metodologia de avaliação, de modo que os discentes puderam ter a experiência de elaborar a prova e levar para casa para responder.

**Respostas:**

- Franclin: incomoda-se com o fato de falar de inclusão e sempre se relacionar à sala de aula; então não se deve falar apenas em formação docente. Muitos estudantes

voltam da recepção. Temos que pensar na instituição como um grande centro formador de educação específica.

Geny disse que a reflexão deve perpassar o currículo também. As resistências existem. Elas não são apenas dos mais idosos; daqueles das “ciências duras”. E, elas podem ser quebradas, podem ser ressignificadas. Deve-se trabalhar em parceria. Nossa ideia inclusiva deve ser uma perspectiva de ver o mundo. Indicou a leitura do livro: *Ninguém mais vai ser bonzinho na educação inclusiva*, em que se pode perceber o processo de exclusão no interior do sistema.

### **17h - Apresentações Oraís: Ações de Acessibilidade no IFCE**

Professora Juliana Brito, da Comissão Técnica de Acessibilidade do IFCE, conduziu a apresentação dos trabalhos das comunicações orais, explicou o motivo de não ser apresentação de banner, conforme previsto na programação, ressaltou que embora o número de inscritos tenha sido baixo, três trabalhos foram deferidos. Complementou dizendo que para o próximo ano espera mais submissões de trabalhos, e enfatizou a importância de compartilharem essas ações nos *campi*.

Convidou, então, para a apresentação, na ordem dos temas abaixo, a servidora Islayne Teixeira, do *campus* Itapipoca, e as alunas Ana Catarina Araújo Nascimento Botelho e Francisca Valdiane de Assis Silva, ambas do curso de licenciatura em Química do *campus* Maracanaú.

#### **1ª apresentação: Políticas de inclusão para pessoas com deficiência: uma análise sobre a visão dos servidores ligados ao Departamento de Ensino do IFCE – *campus* Itapipoca**

Islayne iniciou dizendo que ultimamente vê-se um crescimento das políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência. Nesse contexto a educação passa a ser um dos principais instrumentos para esse processo, uma vez que as instituições de ensino são vistas como um local de diversidade e inclusão.

Nessa perspectiva, o objetivo do estudo é realizar uma análise sobre os servidores que atuam nos setores do Departamento de Ensino do IFCE, *campus* Itapipoca, no tocante à sua qualificação para atender a esse público.

Ao concluir, ressaltou que os servidores têm interesse pela área, mas sentem falta de informação sobre cursos, pois não se sentem devidamente qualificados para esse público e que o *campus*, embora ofereça condições materiais e de infraestrutura, ainda não são ideais.

Foto 5: Explicação da servidora Islayne



Fonte: Maria Dias de Menezes

## **2ª apresentação: Grupo de estudo: a formação do professor e a crise do capitalismo contemporâneo e o Napne: uma análise das ações à luz dos referenciais marxistas.**

A estudante iniciou sua fala afirmando que o trabalho trata da análise O presente trabalho trata da análise dos estudos desenvolvidos pelo grupo intitulado “Formação do professor e a Crise do Capitalismo Contemporâneo”, abrigado no Laboratório de Práticas Pedagógica – LAPP do campus de Maracanaú, ao qual se vinculou temporariamente a realização das atividades do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFCE, *campus* Maracanaú. Devido a essa vinculação, o grupo de estudo voltou-se para a perspectiva da educação inclusiva, a defectologia e o materialismo histórico dialético de Vygotsky; com a finalidade de contribuir para a reflexão acerca da realidade sócio-educacional, o entendimento da inclusão em várias esferas educativas, sob o ponto de vista de sua totalidade. Assim, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a função social da educação, e, por conseguinte da escola, dimensionando as práticas de todos os envolvidos, no sentido de que a mudança de atitude e paradigma é fundamental para uma sociedade inclusiva, entendendo que qualquer pessoa com deficiência tem direitos.

Dentro desta proposta, o Napne de Maracanaú reuniu servidores, docentes e discentes, a fim de garantir o acesso aos futuros estudantes à estrutura e a infraestrutura do IFCE.

Foto 6: Explicação de Catarina



Fonte: Maria Dias de Menezes

### **3ª apresentação - Jogos para PCD's do IFCE - *campus* Maracanaú: uma visão educacional inclusiva.**

A estudante disse que o trabalho originou-se da realização dos Jogos para Pessoas com Deficiências - PCD's, desenvolvidos pelo Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Ceará-IFCE, *campus* Maracanaú. Teve o objetivo de relatar o processo histórico da construção de um trabalho desenvolvido dentro do NAPNE no ano de 2017.

Foto 7: Explicação de Valdiana



Fonte: Maria Dias



A proposta dos jogos para PCD's foi garantir a inclusão e a acessibilidade de futuros discentes com deficiência ao *campus*, com seu ingresso e permanência nos cursos tecnológicos ou de graduação oferecidos pelo instituto. O evento que também se constituiu como de extensão, foi cadastrado na plataforma SIGPROEXT e serviu para reunir discentes e docentes de *campi* diferentes, a rede privada. Contou com o apoio da prefeitura, de várias secretarias, da câmara de deputados, de ONGs, associações de PCD's, da Pró-reitoria de Extensão e da Pró-reitoria de Ensino, permitindo trocas e parcerias.

Portanto, com a atividade, verificou-se a necessidade da criação de um espaço que vise à inclusão educacional das pessoas com deficiências físicas ou intelectuais, através de estratégias como os jogos para PCD's.

Após as apresentações foi dado espaço para o debate. Juliana (professora do campus de Maracanaú) perguntou se alguém queria perguntar algo ou relatar uma experiência no seu *campus*.

#### **Perguntas:**

Kelma - assistente social de Limoeiro do Norte, ficou surpresa porque Maracanaú não tem nenhum aluno com deficiência, enquanto em Limoeiro tem 9 alunos. Como sugestão de pesquisa às estudantes que expuseram os trabalhos, propôs saber porque esses alunos com deficiência não estão chegando no *campus*, já que na cidade tem muitas pessoas com deficiência.

#### **Respostas:**

Juliana (professora do campus de Maracanaú) pediu para responder. Disse que agora que assumiu a coordenação do Napne, viu que há no acadêmico a informação de alunos com deficiência. Que está fazendo uma ação com o Conselho de Inclusão do município, bem como outras associações para reuniões sobre o assunto. E trazer esses alunos para estudar no IFCE. Lembrou que no SISU há inscritos com deficiência e que estão aguardando que de fato eles compareçam.

#### **Perguntas:**

Leandro - aluno do *campus* Camocim, contou um pouco de sua vida, que tem deficiência física e é atleta, que ao chegar no *campus* foi participar do time e se sentiu discriminado pelos colegas porque achavam que tinham que “pegar leve” com ele, como se ele não fosse capaz de competir de igual para igual.

Professor Neto, do *campus* Sobral, fez um breve comentário sobre os candidatos com deficiência não confirmarem a matrícula no IFCE e que deveria ser melhor pensada a forma de ingresso no IFCE.

Professor Aureliano (campus Tauá) também ressaltou sobre a entrada dessas

peças com deficiência em concurso público. Informou que faz parte de seu trabalho de pesquisa esse estudo. Que muitas pessoas com deficiência nem chegam a ler editais, que acha que tem algo mais que influencia no convencimento deles dos seus direitos. Falou de sua experiência pessoal, como pessoa com deficiência, que falta autoestima, motivação. Que isso deveria ser mais estudado.

Patrícia Freitas – assistente social da Proext, ressaltou a importância do trabalho da Islayne e das estudantes. Que é importante se pensar também nos servidores com alguma deficiência e da necessidade do trabalho pela Gestão de Pessoas.

Por fim, Juliana agradeceu as apresentações e finalizou o momento das comunicações.

### **18h - II Encontro de Tradutores/Intérpretes do IFCE**

Estiveram presentes os TILS: Daniela, Guilherme, Mardônio e Timotéo. Estiveram ausentes: Ana Cristina (motivo licença médica) e Jullian (exonerado da instituição). A reunião aconteceu por 2hs, sendo finalizada antes de fechar todos os tópicos, pelo avançar da hora e pelo fato de o transporte da instituição está aguardado para o deslocamento dos participantes à pousada.

A reunião iniciou com boas-vindas aos novos TILS (Mardônio e Timotéo) que foram redistribuídos para instituição. Logo após, Daniela que estava presente no I Encontro de Tradutores/Intérpretes do IFCE, relatou que houve a participação de professores de Libras, que atuaram como TILS antes do ingresso no IFCE e puderam contribuir com as primeiras discussões. Ela colocou as temáticas discutidas no evento passado, mencionado os momentos de dificuldades no início das suas atividades no *campus* de Limoeiro do Norte, e questões sobre o relacionamento com a docente do *campus* em questão, além dos encaminhamentos que foram tomados para minimizar os conflitos mencionados.

No relato da Daniela, observou-se que os frutos da primeira reunião foram positivos para a continuidade da atuação no *campus*, pois houve uma mudança de postura frente às situações que foram surgindo e uma segurança na condução de determinados procedimentos internos.

Complementado o relato da intérprete Daniela, Guilherme mencionou que a discussão sobre o regimento de atuação dos TILS do IFCE e a Central de Libras, os quais não tiveram avanços na institucionalização dos documentos, estão parados há mais de 1 (um) ano na PROGEP, sem avanços na tramitação, situação que motivou a necessidade de consultar aos TILS sobre quais medidas poderiam ser tomadas. Assim, o grupo, em comum acordo, decidiu que a dificuldade seria apresentada aos participantes do evento no último dia. Nesse sentido, foi solicitado o apoio dos mesmos na elaboração de um

documento pedindo celeridade na tramitação dos documentos. Portanto, logo após a discussão do regimento dos Napnes foram explanadas a proposta para os presentes no plenário. Por aclamação, todos concordaram em apoiar a urgência nesses documentos para os profissionais e a instituição.

O segundo ponto a ser discutido foi a solicitação do apoio dos demais na elaboração dos vídeos institucionais que utilizam a janela de Libras. Antes de conversarmos sobre a metodologia da elaboração do documento, foi refletido se a participação dos professores de Libras seria pertinente e, todos os presentes, concordaram que é relevante as contribuições que os docentes da instituição podem prestar, pois muitos dos atuais professores do IFCE, antes do ingresso na instituição tiveram experiências na área da tradução e interpretação da Libras/Português.

Mediante a deliberação da colaboração dos docentes de Libras, a metodologia ficou definida da seguinte maneira: será encaminhada a minuta com algumas orientações para serem discutidas, como por exemplo os padrões de uma janela de Libras, questões técnicas de tradução em vídeos, comportamentos durante as gravações e etc.

Estabelecemos que o prazo para a devolutiva com as contribuições será de 15 dias corridos, contados a partir da data de envio do documento, via e-mail, podendo ser aumentado o prazo, caso tenha um baixo índice de sugestões para complementar a minuta. Após o primeiro ou segundo prazo ser encerrado, o documento irá passar pela compilação dos membros da Proext ligados ao acompanhamento dos Napnes e Neabis. Este documento finalizado será reencaminhado para a ciência de todos que fizeram parte dos processos de elaboração da normativas para a Janela de Libras, assim como será protocolado e encaminhado a Comunicação Social da Reitoria do IFCE para análise, discussão e aprovação do documento.

Todos os presentes na reunião concordaram com essa metodologia, pois foram os mesmos processos adotados na elaboração do regimento de atuação dos TILS e da Central de Libras no IFCE.

Apesar da reunião ter uma pauta definida e sequenciada, não está rígida as etapas a serem seguidas. Naturalmente, como uma conversa informal, discussões foram surgindo, as quais coincidiam com as propostas que seriam tratadas posteriormente, como por exemplo a existência de uma vaga para contratação temporária de Tradutores/Intérprete de Libras, Nível E, informação esta que os presentes não tiveram conhecimento. Deste modo, Agebson que havia entrado na reunião para ouvir um pouco o andamento das discussões foi questionado a respeito dessa novidade e o mesmo explicou que foram abertas 150 vagas para serviço temporário de TILS para a rede federal de ensino técnico e tecnológico, e que o IFCE pode contratar um profissional dessa quantidade de vagas, ou seja, existe 150 vagas para serem distribuídas na rede federal, sendo que o IFCE poderá



vir a utilizá-la quando houver uma necessidade.

Agebson alertou quanto ao risco de abrir possibilidades para a contratação de outros servidores temporários em áreas distintas para prestar serviços no IFCE e outras instituições, o que atualmente é uma prática ilegal.

Seguindo com a discussão, foram apresentados para o conhecimento dos presentes a carta-denúncia dos TILS com o apoio do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), reforçando o discutido acima a respeito da contratação dos servidores temporários, especificamente, os tradutores/ intérpretes de Libras, no qual o IFCE está na lista dos apoiadores dessa temática.

Por último, Guilherme apresentou um projeto que será desenvolvido dentro da Proext, que trata da produção de obras acadêmicas em Libras, em formatos distintos, ou seja, tradução de textos escritos em Língua Portuguesa para textos em Libras, nas mídias de audiovisual e vice-versa. Desse modo, a ação possibilita o fomento de produções científicas em Libras, pois o IFCE tem docentes surdos, usuários da Libras que devem ser respeitados na sua condição linguística. Portanto, a construção de padrões para a produção de tal material confere reconhecimento da libras no círculo acadêmico.

Outro ponto que teve ressalvas foi quanto aos processos que não tiveram avanços desde o ano passado, como os regimentos de TILS e a Central de Libras, e a perspectiva de realizar um projeto mais amplo que demandaria estudo minucioso sobre os processos que devem ser tomados para organizar um documento, que será complexo dentro da instituição e que poderá envolver outros setores do IFCE, a depender do que for planejado e do alcance do projeto.

Outra crítica com relação ao projeto seria o receio de estar “dando um passo maior que as pernas” como mencionou um dos TILS, reforçando que a instituição não tem a necessidade de urgência nesse quesito. Entretanto foi refutado pela narrativa de um caso do aluno surdo de Limoeiro do Norte que tem suas atividades aceitas em Libras, e a possibilidade do mesmo realizar o trabalho de conclusão de curso (TCC) em vídeos gravado em Libras. Portanto, existe uma produção de trabalhos científicos em Libras, motivo pelo qual precisamos estabelecer normas para orientar docentes, estudantes e profissionais de áreas afins.

Também levantaram a questão das cotas para pessoas com deficiência, a qual possibilitará um aumento no quadro de estudantes com necessidades específicas, ou seja, mais surdos terão oportunidades de estarem frequentando um curso no IFCE. A condição linguística do mesmo deve ser levada em consideração e os meios para fomentá-las. Deste modo, a reflexão e o estudo sobre o projeto acerca dos trabalhos acadêmicos em Libras é uma ação que deve ser organizada, antecipando o ingresso dos futuros surdos na

instituição, principalmente, pela ciência de todos na abertura do curso de Letras-Libras no *campus* de Acopiara.

### **19h- III Reunião dos Professores de Libras do IFCE**

A **III Reunião dos Professores de Libras do IFCE**, teve como pauta: Apresentação; Cursos de Libras FIC (PPC); Encontro Letras/Libras IFCE; Discussão sobre o Letras/Libras em Acopiara; Unificação dos PUDS; Intérpretes para os *campi*; Sigproext; Material didático. A reunião iniciou com as boas-vindas e a apresentação dos professores presentes: Diego (Acaráú), Cibele (Crateús), Diná (Canindé), Adriano (Juazeiro), Izalete (Caucaia), Alisson (Quixadá), Michelle (Sobral), João Neto (Horizonte) e Juliana (Maracanaú).

Foi enfatizada pelo grupo a relevância dos professores de Libras se reunirem periodicamente e que estas reuniões deveriam ser realizadas não apenas durante os Encontros do Napnes, para que não fiquem tão distantes uns dos outros. Em seguida, foi refletido sobre a importância dos Cursos de Libras de Formação Inicial e Continuada (FIC), já que estes cursos complementam a carga horária de alguns professores e que é necessário o preenchimento do Projeto Pedagógico de Cursos (PPC) para que seja feito o cadastro no sistema acadêmico e seja contabilizado como carga horária de ensino e assim ser registrado no Plano Individual de Trabalho (PIT) e no Relatório Individual de Trabalho (RIT).

Como alguns professores presentes eram novatos, foi feita uma breve explanação sobre o PIT e o RIT e em seguida foi proposto que se tentasse fazer um PPC padrão para facilitar o cadastro nos *campi*. Professora Cibele (*campus* Crateús) informou que atualmente está ofertando um curso de Libras FIC com carga horária de 180hs e se disponibilizou a compartilhar as informações com o grupo.

Professor João Neto informou que no *campus* Acaráú o curso de Libras é parte integrante do projeto do Núcleo de Línguas e que também compartilhará o projeto com o grupo. Professora Juliana (*campus* Maracanaú) se dispôs a colaborar para compilar os projetos que forem enviados para apresentar posteriormente ao grupo um projeto unificado. Professora Izalete (*campus* Caucaia) informou que desenvolveu no *campus* Juazeiro do Norte os projetos Laboratório de Língua e Café com Libras e que também irá compartilhar os projetos posteriormente para o grupo.

Em seguida, foi discutida a possibilidade de se propor a unificação da carga horária da disciplina de Libras nos cursos superiores já que atualmente a disciplina é ministrada nos *campi* com carga horárias diferentes (40hs, 60hs e 80hs). Professora Juliana disse que em Sobral a disciplina tem 40hs, mas quando chegou em Maracanaú

ficou muito satisfeita ao saber que a disciplina tem 80hs. Professora Izaete disse que na Ead a disciplina era ofertada com 40hs, mas que ampliou recentemente para 60hs. Os professores discutiram o assunto, mas não chegaram num consenso. Em virtude do horário, a reunião precisou ser encerrada ficando para serem discutidos posteriormente os demais pontos da pauta.

### **3.2- 2º dia- 02.08.2017 (quarta-feira)**

#### **Manhã - Realização de oficinas**

**Oficina de áudio-descrição** (Maria Dias - servidora do *campus* de Juazeiro do Norte e Patrícia Silveira - Empresa *ADEMAIS* – Comunicação acessível do Município do *campus* de Juazeiro do Norte).

**Mediação:** Diná Santana

A oficina iniciou com a apresentação das facilitadoras e do programa que iria ser trabalhado. Em seguida, houve a apresentação dos participantes. Tivemos a participação de dois alunos com deficiência visual. Em seguida, houve a explanação das terminologias acerca das PCD's e também especificamente sobre as terminologias das PCD visual/baixa visão. Foi apresentado o conceito de áudio-descrição com base nas pesquisas de Eliana Franco que traz um conceito mais amplo, visando a acessibilidade também de idosos, disléxicos, pessoas com transtornos do espectro autista e auxilia também na alfabetização visual. O primeiro exercício proposto foi em dupla para que um descrevesse o outro. Após a apresentação da primeira dupla, houve uma orientação.

Foi orientado não atribuir adjetivos. Após a prática houve algumas orientações como não atribuir adjetivos, como categorizar em “gordo” e “magro” “bonito e “feio”. De acordo com o professor Francisco Lima (teórico/pesquisador da área), é importante observar essa questão de atribuir adjetivos em áudio-descrição (AD). Observar que quem deve julgar ou atribuir adjetivos ao que está sendo descrito deve ser a PCD visual.

Foi dado o exemplo de um evento ao vivo. Como não há contato com os usuários, então antes é preciso ter um contato com os palestrantes. No entanto, não se deve haver antecipação de informação acerca do palestrante. Apenas quando este for chamado. Antes é feita a áudio-descrição do ambiente.

Às 10h foi dado intervalo e, no retorno, foi discutido sobre áudio-descrição em filmes, novelas e comerciais. Aqui no Nordeste temos como referências as pesquisadoras Vera Lúcia Santiago (CE) e Eliane Tavares (PE).

Foi levantada a questão sobre a ativação da AD em TV's e foi observado

pelas facilitadoras que isso é um procedimento complexo e inacessível. Atualmente apenas TV's acima de 40 polegadas e da marca Samsung possuem tal recurso. Expuseram que todo o trabalho de áudio-descrição passa por uma consultoria que deve ser realizada após finalização, antes da divulgação do trabalho. O consultor deve ser uma PCD visual e com formação na área.

Em seguida, foi apresentado e exemplificado uma AD de filmes e depois uma AD da obra de arte “La implorante - 1899” de Camile Caudel, com roteiro de Leticia Shwats. Outra AD apresentada foi de uma peça de teatro. Nesse caso, é preciso assistir aos ensaios. A outra AD foi de jogos de futebol. Foi apresentado a legislação que versa sobre acessibilidade. A oficina foi finalizada com um vídeo contendo áudio-descrição.

Foto 8- Participantes da oficina de áudio-descrição



Fonte: Diná Santana

Foto 9- Participantes da oficina de áudio-descrição



Fonte: Maria Dias de Menezes

Foto 10- Vivência na oficina



Fonte: Patrícia Silveira

### **Oficina de Orientação e Mobilidade**

**Facilitadoras:** Germana de Sousa Vieira (assistente social do *campus* de Morada Nova/ mestranda em Educação e Ensino pelo Programa de Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino - MAIE da Universidade Estadual do Ceará/UECE) e Kelma de Freitas Felipe (assistente social e coordenadora do Napne do *campus* de Limoeiro do Norte/ mestra em Políticas Públicas e Sociedade também pela Universidade Estadual do Ceará).

O momento iniciou-se com a apresentação das facilitadoras contextualizando a temática e a sua relação com a atuação das mesmas no IFCE.

Foi feito um momento de acolhimento no qual os participantes da oficina se apresentaram. Durante o momento de acolhimento, constatou-se a presença de estudantes de educação física e de educadores físicos, entre outros profissionais. As facilitadoras sublinharam a importância da presença dos educadores físicos e suas contribuições para a área. Em seguida foi apresentada a fundamentação teórica do tema abordado. As facilitadoras falaram sobre os recursos de orientação como placas de sinalização, indicação de salas, andares, blocos, e enfatizaram que se o IFCE busca ser uma instituição acessível, deve considerar os detalhes que fazem a diferença.

Após a explanação teórica, as facilitadoras solicitaram aos participantes que ficassem de pé para experienciar a prática da orientação e mobilidade. As relatoras explicaram a dinâmica e preocuparam-se com a segurança dos participantes realizando uma prévia da atividade dentro da sala para que os mesmos se acostumassem com a





suposta “ausência de visão.” A primeira atividade propôs que os participantes se localizassem no espaço, obedecessem aos comandos para perceberem como estava a sua percepção sobre a lateralidade, direcionalidade e equilíbrio. Após a atividade prévia, as facilitadoras apresentaram a fundamentação teórica sobre as técnicas e estratégias pedagógicas em orientação e mobilidade.

Durante as atividades, as facilitadoras utilizaram alguns recursos: Bengala e tapa olhos como instrumento de sensibilização. Explicaram que a pessoa com deficiência precisa ter uma noção de autoproteção e assim elencaram alguns cuidados necessários para a mobilidade da pessoa com deficiência visual e auditiva.

Foi realizada uma atividade externa, denominada treinamento da bengala vidente. Durante o treinamento, ao chegar na escada, identificou-se que a mesma não tem anel de identificação no início e no final da escada. Foram utilizados alguns recursos nesta atividade: escada, elevador, porta e escada rolante (este recurso foi só mencionado). Na escada, foi orientado como guiar uma pessoa não vidente, e como o não vidente deve utilizar a escada sozinho com o auxílio da bengala. No elevador, foi orientado a respeito da técnica da varredura com a bengala, que ajuda a identificar se o elevador chegou, se o equipamento abriu ou fechou a porta. Foi orientado a respeito da passagem pela porta (em duplas, com bengalas), e também sobre como reconhecer o ambiente com os olhos vendados.

Após a vivência prática de orientação e mobilidade, as facilitadoras encerraram distribuindo o instrumental de avaliação.

Foto 11 – Conceitos básicos de orientação e mobilidade



Fonte: Aline Siebra



Foto 12: A prática da Orientação e Mobilidade no *campus*

Fonte: Aline Siebra

**Oficina:** Métodos de avaliação para estudantes com deficiência - Francisca Geny Lustosa (Professora doutora em Educação pela UFC)

**Mediação:** Juliana Brito

Professora iniciou dizendo que apesar de o nome da oficina ser “Métodos de avaliação para pessoas com deficiência”, não é possível ter uma receita, uma regra, por isso não é possível se estabelecer um método. O termo ideal seria metodologia, já que esta palavra dá ideia de ação e concepção, posto que são as concepções que guiam as práticas de ensino e de avaliação.

Foto 13- Explicação da professora



Fonte: Patrícia Freitas

Professora Geny explicou que a escola é uma invenção moderna e foi criada para coletivos, enquanto que as preceptorias eram individuais e foram extintas. Isto ocorreu à medida que as mulheres entraram no mercado de trabalho, surgindo uma demanda social no sentido de terceirizar a educação das crianças, sendo necessária assim a criação das escolas, que desde o princípio tem um caráter coletivo.

Partindo do pressuposto de que ensinar é um ato coletivo, Geny compreende que na escola as carteiras não devem ser dispostas distantes umas das outras no dia-a-dia, sendo necessária a separação/isolamento apenas em circunstâncias de avaliação diagnóstica que deve ser realizada na primeira semana de aula e a partir dela deve ser feito um planejamento intencional, a fim de realizar uma intervenção, para em seguida reaplicar outra avaliação e conforme seus resultados intervir novamente.

Corroborando com o interacionismo, a aprendizagem colaborativa, o aprendizado com o outro e com o grupo compreende que a perspectiva metodológica do trabalho colaborativo favorece o aprendizado do aluno com ou sem deficiência. Devendo-se incentivar a atuação de alunos tutores, fazendo-se um contrato didático entre alunos e professores, para que os estudantes possam colaborar uns com outros mutuamente com a orientação do professor. Quando um aluno torna-se tutor de outro, faz com que ele reflita sobre a ação e sobre o conhecimento, possibilitando uma internalização do conhecimento e uma forma ainda mais qualitativa.

Foto 14- Diálogo com os participantes



Fonte: Patrícia Freitas

Geny citou Perrenoud ao afirmar que “ser professor é agir na certeza e intervir na incerteza” e explicou que o planejamento do professor deve contemplar com clareza: objetivos, currículo, conteúdos, metodologia e instrumentos de avaliação. Porém, ao se



tratar de adaptações para pessoas com deficiência, deve-se manter objetivos, currículo e conteúdos, enquanto que metodologia e instrumentos de avaliação devem ser adaptados de acordo com as especificidades dos estudantes com deficiência. Daí a importância do Atendimento Educacional Especializado, que deve fazer um estudo de caso de cada um dos estudantes com necessidades específicas, recolhendo informações sobre o sujeito para criar um plano de AEE que tenha como foco a resolução do problema, buscando identificar a sua natureza e suas soluções. Indicou assistirmos ao filme *Nem a menos*.

Foi dado um intervalo às dez horas e ao retornar foram sorteados três livros doados por Geny. Seguindo, ela fez uma explicação sobre a zona do desenvolvimento proximal, potencial e real e, em seguida, convidou sua aluna da UFC, Tainá, para dar um depoimento sobre como elas desenvolvem um estudo de caso. Tainá descreveu os cinco passos para realização do estudo: 1. Conhecer o aluno; 2. Estudar textos; 3. Observar os sujeitos com deficiência em duplas; 4. Entrevistar a família, professores e os sujeitos; 5. Traçar um plano de ação.

Geny enfatizou a relevância de se listar as potencialidades e dificuldades, reconhecendo as potencialidades como centros de interesse, diagnosticando-os por meio de avaliação que verifiquem o nível de leitura, de interpretação, de escrita, etc, de modo a buscar promover uma aprendizagem significativa, por meio de indicadores de um bom planejamento, estando ciente de que o planejamento é uma “trilha, não um trilho”. Indicou, ainda, o filme *Os melhores dias de nossas vidas*.

Sobre o Napne, ela disse entender que deve ser um articulador de ações inclusivas e de formação de professores. Deve munir professores sobre critérios mínimos para atuação com estudantes com alguma deficiência. Disse que iria deixar para consulta a escala de observação de práticas pedagógicas e indicadores de um bom planejamento.

Por fim, Geny ressaltou a importância de todos estarem cientes da legislação e dos direitos das pessoas com deficiência, como por exemplo a elasticidade do tempo de avaliação, saber que a escrita do surdo é diferente, devendo estes direitos estarem contemplados no projeto político pedagógico da instituição e, ainda, salientou que todas as avaliações e autoavaliações devem ser registradas seja por meio de letores/escritas, filmagem, etc.

Patrícia agradeceu a apresentação da professora Geny, finalizando assim os trabalhos.

**Oficina:** Transtornos psicológicos na aprendizagem: impactos e estratégias de atendimento Ricardo Rilton (psicólogo do IFCE - *campus* de Limoeiro do Norte)

**Mediação:** Hellenvivian Alcântara e Ana Leila



Ao iniciar a sua fala, Ricardo perguntou qual a formação do público e obteve como respostas: discentes, psicólogos, enfermeiro e pedagogos. Em seguida, propôs para o desenvolvimento da oficina que fosse realizada de forma construtiva com a participação de todos e todas.

Continuou dizendo que o tema é uma demanda reprimida desde o Encontro dos Napnes de 2016, mas que não pôde acontecer na forma de mesa-redonda, e que, enfim, agora deu certo neste ano. Em seu contrato didático, deixou as pessoas bem à vontade para interromper sua fala caso surgisse alguma dúvida ou quisessem sugerir algo.

A proposta da oficina é conversar sobre os famosos transtornos de aprendizagem. Exemplificou com a sua atuação no *campus* em que trabalha como psicólogo educacional, que recebe alunos já com atestado de depressão, ansiedade, bipolaridade, entre outros.

Após essa explanação, passou a falar sobre os transtornos psicólogos e lançou a pergunta: o que é ser (a) normal? Alguns responderam que a sociedade que faz esse estigma de normal e anormal. Para Ricardo, esses termos podem ser utilizados para ter uma referência para o diagnóstico. Deu exemplos de comportamentos que seriam normais para que fizessem reflexão, como lavar as mãos, entre outros. Ressaltou que não dá para estabelecer esse tipo de carimbo de normalidade.

Criticou o uso do teste psicológico realizado ao tirar habilitação para dirigir. Segundo ele, este tipo de teste não diagnostica se realmente a pessoa está ou não apta para dirigir, pois até a postura do aplicador interfere no momento de aplicação. A ideia não seria avaliar as questões quantitativas, mas qualitativas.

Seguiu dizendo que no comportamento anormal deve-se considerar os aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais.

Bruno, aluno do *campus* de Juazeiro do Norte, refletiu sobre a imagem de uma balança, de um lado várias pessoas e do outro, apenas uma. Disse que o lado com várias pessoas pode significar o tormento das pessoas a se adequarem. Citou um pensamento de Freud. Rilton concordou e enfatizou que há realmente várias leituras da imagem e agradeceu a participação do aluno.

Em relação à doença física versus doença mental, Rilton explicou sobre o preconceito que muitos têm sobre a doença mental. Também falou sobre a “síndrome da outra pessoa”, que é achar que não acontece nada consigo mesmo, mas sempre com o outro. Destacou que o diagnóstico é um direcionamento para a medicação e não para rotular a pessoa com deficiência.

Em seguida, o ministrante apresentou alguns conceitos/ ideias sobre alguns pontos importantes sobre as pessoas com deficiência:

✓ Significância clínica: são importantes nesse processo, pois orienta ao uso de medicamentos;



✓ Disfunção biológica ou psicológica: ter consciência que nem tudo está normal, pois muitas das vezes o sujeito sofre se achando incapaz. Isto reflete no comportamento social, pois a sociedade sempre espera um comportamento dentro da normalidade;

✓ Validade diagnóstica: tem impacto grande na vida do sujeito, preconceitos em esferas da sociedade.

Transtornos, distúrbio, síndrome; doença, qual o conceito correto? Uma diferença entre os termos reside no fato de que o transtorno não tem cura, enquanto que a doença pode vir a ser curada e pode ser encaixada em alguma categoria. E, no caso dos transtornos, estes podem ter várias causas.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais é um manual para profissionais da área da saúde mental que lista diferentes categorias de transtornos mentais e critérios. Existem cinco revisões para o DSM<sup>2</sup> desde sua primeira publicação em 1952. A maior revisão foi a DSM-IV, publicada em 1994. O DSM-5 lançado recentemente aprofunda casos antes tratados de forma superficial. Explicitou quais as principais mudanças entre o DSM-IV e o DSM-5?

<b>DSM-IV</b>	<b>DSM-5</b>
<b>Transtornos de aprendizagem</b>	<b>Transtornos do neurodesenvolvimento</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Transtornos de leitura;</li> <li>✓ Transtornos de matemática</li> <li>✓ Transtorno da expressão da escrita</li> <li>✓ Transtorno da aprendizagem/ sem outras especificações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Deficiências intelectuais</li> <li>✓ Transtorno na comunicação</li> <li>✓ Transtorno de espectro autista</li> <li>✓ Transtorno do déficit de atenção</li> <li>✓ Atenção/ hiperatividade</li> <li>✓ Transtornos específicos da aprendizagem</li> <li>✓ Transtornos de tique</li> <li>✓ Outros transtornos do neurodesenvolvimento</li> </ul>

2 Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders

<b>Transtornos do humor</b>	<b>Transtornos depressivos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Transtornos depressivos</li> <li>✓ Transtornos bipolares</li> </ul>	Não houve acréscimos/ mudanças nas características, apenas no termo
<b>Transtornos da ansiedade</b>	<b>Transtornos da ansiedade</b>
	Permanece terminologia da DSM-IV e características

Para Rilton, existem diferenças entre dificuldades de aprendizagem e transtorno de aprendizagem. Mas antes de apresentá-las o mesmo achou importante fazer uma definição de cada uma, a saber:

**Transtornos de aprendizagem:**

- ✓ Condições nas quais existe uma discrepância entre o desempenho escolar em um ou mais domínios de conhecimento acadêmico;
- ✓ O grau de comprometimento deve estar abaixo do esperado para uma criança da mesma idade. Uma das características dos transtornos é se apresentar desde a infância;
- ✓ As dificuldades devem aparecer em mais de um contexto;
- ✓ O transtorno vai existir mesmo que haja o atendimento educacional especializado.

**As principais dificuldades de aprendizagem são:**

- ✓ **Dislexia:** é específico da linguagem; onde sua principal característica é a decodificação das palavras isoladas, acarretando atraso no desenvolvimento da fala, assim como imaturidade fonológica e dificuldade para fazer rimas.
- ✓ **Discalculia:** a pessoa com discalculia tem dificuldade de lidar com as operações básicas da matemática. Existindo um comprometimento na memória de curto prazo.
- ✓ **Disgrafia:** Perturbação que afeta a qualidade da escrita do sujeito, no que se refere no traçado e na escrita.
- ✓ **Transtorno do Déficit de Atenção/ Hiperatividade (TDAH):** é um transtorno do neurodesenvolvimento, de causas genéticas que aparece na infância e possivelmente irá acompanhar o indivíduo por toda sua vida. As principais características são: desatenção e hiperatividade.

As pessoas com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/ têm estes sintomas apresentados em mais de um ambiente e tais características devem interferir no seu desempenho escolar. Elas frequentemente sofrerão com a falta de atenção, queda na motivação para as atividades cognitivas. Assim como dificuldade de planejamento prático, como por exemplo, organizar o material escolar.

Os adultos também têm transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade? Sim. Estes costumam apresentar um pior desempenho escolar e profissional, cometem infrações no trânsito com mais frequência e tem alterações de humor. Por sua vez, os adultos sofrem menos sinais de hiperatividade, no entanto apresentam dificuldade em relaxar, ficam sempre em movimento; apresentam dificuldade de priorizar; inadequação de comportamento social e manutenção de ambientes desorganizados.

O que a **DSM - 5** diz sobre transtornos de déficit de atenção/ hiperatividade? As pessoas que tem estes transtornos não dão atenção aos detalhes e cometem erros. Tem dificuldades em executar atividades recreativas, entre outras.

Uma pessoa hiperativa/ impulsiva mexe com as mãos e pés com frequência. Além de se levantar em sala de aula quando se espera que fique sentado. Fala com frequência; deixa escapar as respostas antes de terminar as perguntas.

#### **Diante do exposto, o que podemos fazer?**

Primeiro é importante entender que um transtorno depressivo envolve período de sintomas nos quais o indivíduo vivencia humor triste e alegre, insônia ou hipersonia, entre outras características.

Segundo Ricardo Rilton, os sujeitos supramencionados devem ser vistos como indivíduos que sofrem para se adequar dentro de um perfil idealizado pela sociedade. Muitos sofrem preconceitos e se veem excluídos no ambiente escolar e profissional. Ademais, o objetivo da oficina consistia em apresentar os conceitos sobre os transtornos e aguçar a curiosidade para investigar mais sobre a temática e contribuir para a inclusão dessas pessoas na sociedade.

Foto 15- Oficina: Exposição do facilitador



Fonte: Hellenvivian de Alcântara

Foto 16- Diálogo entre os participantes



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 17 – Explicação do facilitador



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

**13h30- Mesa-redonda - Lei de cotas: Bases e fundamentos legais para sua aplicação na educação.**

**Palestrantes:**

Os palestrantes previstos na programação foram substituídos por:

- Ana Leila Freitas (técnica em assuntos educacionais da PROEN/ mestra em Teologia pela Escola Superior de Teologia na Linha de Pesquisa em Educação Comunitária para Infância e Juventude; especialista em Gestão e Práticas Pedagógicas



pela UCAMPROMINAS).

- Philippe Nery dos Santos Primo Saraiva (advogado/ membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB).

A mediação manteve-se com a professora Juliana Brito do *campus* de Maracanaú. Ela iniciou falando sobre a importância da discussão dessa temática para os presentes, principalmente para esclarecimentos no que se refere à atuação do setor de ingressos do IFCE (ligado a PROEN). Em seguida, pediu à Ana Leila que iniciasse as apresentações.

Ana Leila agradeceu e fez um resumo sobre as principais ações do Departamento de Ingressos da PROEN. Quanto à Lei das cotas, informou que:

- ✓ Em 2017 já foi lançado um edital para ingressos de estudantes no curso técnico com reservas de vagas para as pessoas com deficiência;

- ✓ O IFCE tem buscado cumprir a lei, no entanto o número de pessoas que tiveram acesso ao IFCE está ainda por ser contabilizado, uma vez que o responsável pelo setor de ingresso estava de férias.

- ✓ Houve reunião entre PROEXT e PROEN para discutir e entender como seria implantada a divisão de cotas, pois estas serão divididas proporcionalmente entre pretos e pessoas com deficiência.

- ✓ Já houve um momento de conversa entre o responsável pelo setor de ingresso e a Comissão Técnica para Acessibilidade do IFCE, no qual muitas dúvidas foram sanadas.

E, por fim Ana Leila informou a todos que outras perguntas sobre a temática podem ser enviadas pelos seguintes e-mails: [amsterdam@ifce.edu](mailto:amsterdam@ifce.edu) e [proen@ifce.edu.br](mailto:proen@ifce.edu.br). E que todas serão respondidas no em tempo oportuno.

Em seguida, foi a vez de Philippe Nery expor sobre a Lei de Cotas. Ele agradeceu a oportunidade de dividir e compartilhar conhecimento sobre esta temática.

Disse preferir o termo Política de Cotas ao invés de Lei de Cotas, pois o termo política é mais abrangente no sentido de garantia dos direitos. Logo em seguida, o expositor lançou a reflexão, a saber: porque estabelecer cotas? E disse que este assunto causa muita polêmica e é criticado por muitos que não compreendem as cotas como uma reparação de direitos, por isso, ao invés de apresentar o conceito, ele prefere mostrar as necessidades de se ter as cotas.

Segundo ele, devido às desigualdades que surgiram com a divisão de tarefas,

quando o ser humano passou a se organizar em grupos, houve a necessidade de se criar regras dizendo quem deveria ficar ocioso, trabalhar e assim foram sendo criados padrões ditos normais, e aqueles que não se encaixavam dentro dos padrões da normalidade eram colocados à margem da sociedade.

Em um determinado momento, os seres à margem passaram a lutar pelos direitos, que durante muito tempo foram negados, principalmente através das leis. Entre elas podemos destacar a Lei Brasileira de Inclusão – LBI. Ele destacou que o seu artigo 2º, além de conceituar as deficiências faz a definição de barreiras como impedimento, ou entrave enfrentado pela pessoa com deficiência. As barreiras seriam o próprio impedimento e para o palestrante a Lei apresenta que a deficiência está na sociedade e não no deficiente, pois as deficiências residem principalmente na sociedade.

Outra questão levantada pelo palestrante foi o direito à educação contemplado na Constituição Federal, em que se universaliza a educação como direito de todos, isto é, ninguém deve ser privado de ter acesso.

Dentro dessa perspectiva da universalização, é preciso garantir o direito à igualdade. Igualdade material usando os meios diferentes para tratar e superar as desigualdades das pessoas que se encontram em desvantagem. Assim, ele trouxe os objetivos da LBI.

O Estatuto das Pessoas com Deficiência trouxe a explicitação dos direitos, entre eles o da educação. Philippe disse que o direito à educação se divide em 3 segmentos, a saber: acesso à escola (a pessoa com deficiência precisa ter acesso, fazendo-se os ajustes necessários para que este seja inserido). Acesso ao ensino e ao conhecimento. Uma pergunta que sempre é feita pela sociedade civil à OAB é a seguinte: de quem é o dever e de quem é o direito?

Ele falou que cabe ao estado fazer com que o ensino seja acessível a todos, criando mecanismos que possibilitem o acesso à educação. Sendo o termo educação mais abrangente que o ensino. A escola deve também garantir que o conteúdo seja também de valores para vida.

Outro direito apresentado na LBI é o da habilitação, que segundo o palestrante seria igual a um quebra-cabeça, o estado deve dar condições para que o deficiente seja reabilitado. Este é tão importante quanto o da participação da pessoa com deficiência em todas as esferas da sociedade.

E, por fim, o expositor fechou citando um trecho de um texto de Renata Villela: *“ deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do destino dos outros. ”*

Encerrada a fala de Philippe Nery, passou-se para a segunda parte desse



momento, que consistia nas perguntas e ou considerações dos presentes.

Foto 18- Explicação dos palestrantes



Fonte: Patrícia Freitas

### Perguntas:

- Juliana Brito (professora do campus de Maracanaú)

Os cursos superiores são regulamentados pelo SISU, ou seja, este definiu como se darão as cotas. No entanto, as cotas para os cursos técnicos no IFCE ainda não estão totalmente definidas. A exemplo de Maracanaú, que no último edital reservou 25 vagas para estudantes com deficiência para os cursos técnicos. No entanto, para efetivar a matrícula é necessário que o candidato apresente laudo, e no caso de Maracanaú somente 8 apresentaram laudos. Em casos dos estudantes não terem laudo, quem pode fazê-lo? Na UFC, existe uma comissão e no IFCE como se dará? O que conta mesmo é escola pública. Existindo a dúvida na CCA, como fazer esta avaliação? Quem pode dizer se é ou não é deficiente?

- Maria Margarete (professora da educação inclusiva do município de Juazeiro do Norte)

Nos casos de cegueira e surdez há necessidade de se apresentar laudo?

### Respostas:

- Philippe Nery

Nos casos de surdez e visual, o laudo pode ser exigido, no entanto não pode ser impeditivo. Mesmo que este esteja previsto no edital. E, se a pessoa faz um concurso e não tem laudo, não se perde logo de imediato a vaga, mas dá-se um prazo para que a pessoa o apresente.

E, embora a síndrome de Down tenha as características bem visíveis, ainda assim precisa que a pessoa apresente um laudo, pois a síndrome de Down vista como deficiência ainda é muito recente. Até mesmo a Constituição Federal não cita a pessoa com deficiência, quando fazemos uma busca minuciosa. Esta questão foi sendo discutida no Brasil, principalmente com a realização dos jogos paraolímpicos. A LBI, a Lei de cotas também são exemplos de direitos que surgiram depois dos jogos paraolímpicos, aqui no Brasil.

**Perguntas:**

- Aureliano (professor do campus de Tauá)

Com o surgimento da LBI, houve a tipificação de crime, caso a pessoa com deficiência não tenha seus direitos garantidos?

Lembrou que em caso de inscrição em concurso público, a questão não é apenas auto declaratória, havendo a necessidade de se comprovar com laudo a deficiência.

**Respostas:**

Philippe Nery:

A LBI tipificou como crime, com penalidade de até dois anos a quem descumprir os direitos da pessoa com deficiência.

Artigo 121º da LBI: diz que deve prevalecer a prática mais benéfica para a pessoa com deficiência. A forma de avaliação também deve ser punida quando esta for prejudicial ao aluno. Com esta Lei, as pessoas que não a cumprirem podem sim ser penalizados.

**Perguntas:**

-Adriano (professor do campus de Juazeiro do Norte)

O surdo que tem uma cultura diferente, ao participar de um concurso, a prova tende a beneficiar as pessoas ouvintes. Ainda existem pessoas surdas que não usam a Libras e, para estes, fica ainda mais difícil passar em uma seleção. Diante disso, como a LBI trabalha os níveis de deficiência para buscar promover uma seleção?

**Respostas:**

-Philippe Nery

A Lei não diferencia os deficientes, embora acredite que seja um erro. A política de cotas é de transição, pois olhando com mais atenção, a LBI não vê as cotas como prioridade, mas vai para além, pois a ideia é que todos devam ingressar no mercado de trabalho.

**Perguntas:**

- Juliana Brito (professora do campus de Maracanaú)

Destacou a importância de uma avaliação diferenciada, buscando igualdades, no entanto é preciso conhecer e considerar a educação básica desse candidato com deficiência.

- Neto (professor do campus de Sobral)

O IFCE juridicamente pode matricular o aluno que se autodeclarou com deficiência depois da matrícula dando um prazo para entrega do laudo?

O servidor tem como descumprir o edital? Em casos nos quais o estudante não tenha entregado o laudo, haveria possibilidade de criar uma comissão para validar a matrícula do candidato autodeclarado com deficiência?

**Respostas:**

- Philippe Nery

Em caso de não ser contemplado em edital, o estudante deve entrar com um processo contra a instituição para ter assegurada sua vaga Até a instituição dentro de um prazo resolver a situação do candidato. Mas, se o edital de seleção estiver exigido e o estudante não entregar o laudo que comprove sua deficiência, ele, ainda sim, pode entrar com um processo. E a instituição vai responder sim ou não, correndo riscos de instituição ser processada. Nos casos em que um servidor descumpra o edital, ele não seria a pessoa a sofrer o processo e sim a instituição.

**Perguntas:**

- Daniel (professor do campus de Sobral)

E, sobre a Lei de cotas que beneficia filhos dos ricos que são bolsistas em escolas particulares. Como você vê a Políticas de Cotas?

**Respostas:**

- Philippe Nery

As leis são limitadas, mas não podemos acabar com as cotas só porque estas estão sendo burladas. O problema é o jeitinho brasileiro. Um exemplo é o Programa Bolsa Família que deveria atender somente pessoas de baixa renda.

- Ana Leila (técnica em assuntos educacionais da PROEN)

As cotas são reservadas para estudantes egressos de escolas públicas e não de escolas particulares. Mesmo nos casos em que estes sejam bolsistas.

**Perguntas:**

- Aureliano (professor do campus de Tauá)

Ainda sobre o edital de seleção, se exigir laudo e o aluno não apresentar o documento no caso concreto, mas eu como servidor identifico que ele é deficiente, ainda assim devo agir pela Lei. O que fazer? Levar o caso ao reitor, que é a autoridade maior no

IFCE. Logo, é importante jogar a responsabilidade para a autoridade máxima, pois este tem prerrogativas para alterar o edital mesmo sofrendo punições.

**Respostas:**

- Juliana Brito - mediadora

O laudo não deve ser visto como uma barreira.

**Perguntas:**

-Kelma Felipe (assistente social do campus de Limoeiro do Norte)

Quem vai ficar responsável pela avaliação destes estudantes? NAPNE ou a comissão técnica para acessibilidade?

**Respostas:**

- Ana Leila - Proen:

O evento do Fórum de Ensino no final de agosto será uma ótima oportunidade para se tirar algumas dúvidas, pois a temática visa tratar sobre a inclusão. Sobre a entrada desses estudantes por meio de cotas, estas ainda têm sido pouca procurada nos editais de seleção dos *campi* do IFCE.

**Perguntas:**

- Patrícia Freitas (assistente social da PROEXT)

O laudo dado pelo médico pode ser dado por uma comissão? A ideia é desburocratizar a entrada dos estudantes e vamos burocratizar mais? Outra coisa, qualquer cidadão deve ter os seus direitos atendidos. No que a OAB pode atender o aluno nas questões de entrada? Tem algum telefone geral para informar a quem deseja contatar com a OAB?

**Respostas:**

- Philippe Nery

O órgão indicado para contatar é o Ministério Público. No entanto, a OAB também pode fazer o apoio. Sobre o contato, a OAB ainda não dispõe de um telefone ou mesmo um e-mail, mas, pode-se procurar a comissão em Fortaleza coordenada pela Liduína.

**Perguntas:**

- Professora do município de Juazeiro do Norte:

Acredita que uma comissão não deve dar pareceres, isto se deve aos profissionais. Sobre o edital, ela acredita que não deve haver interferência nem mesmo do reitor. Há necessidade de republicar para seguir os trâmites legais.

**Respostas:**

- Philippe Nery

Discorda da professora, pois qualquer pessoa tem o direito de entrar com o processo. A instituição deve sim, se adaptar as normas.

- Ana Leila (técnica em assuntos educacionais da PROEN)

Havendo a necessidade de retificar o edital, este será feito, pois todos os editais já vem com a informação, a saber: os casos omissos serão analisados.

### **15:45h às 18:00h – Diretrizes Nacionais para atuação dos Napnes nos IFs**

- **Franclín Costa do Nascimento** (Diretoria de Políticas de Articulação Institucional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC))

**Mediação:** Kelma de Freitas (assistente social do campus de Limoeiro do Norte)

Kelma iniciou sua fala afirmando que acredita que grande parte dos que estão lá compõem os Napnes e que o momento é de suma importância para nossa discussão.

Franclín trouxe produções para sorteio com participantes como livro e tabuada em Libras. Afirmou que percebeu que desde o dia anterior o momento do debate está mais interessante, então propôs fazer debate sem exposição, mas acabou seguindo os slides. Perguntou o que o Napne faz hoje sistemicamente que seria interessante discutir aqui? Disse que síndrome de Down não é deficiência intelectual. Juliana falou sobre albino. Perguntou se eles entrariam como deficiente visual?

Franclín disse que o Brasil é pródigo em leis, muitas leis construídas e não implementadas. A lei foca também na reabilitação. Fez ponderações sobre a mesa-redonda que aconteceu anteriormente sobre a Lei de cotas. Prosseguiu falando sobre a ação TEC NEP, que essa ação ajudou no ano 2000 em torno da criação dos Napnes. À época falava-se em pessoas com necessidade especial, isso o angustiava. Depois, mudou para necessidades específicas. Naquela época foram criadas as assessorias de ações inclusivas, que eram ligadas diretamente à reitoria e não às pró-reitorias.

Em seguida refletiu sobre a questão de nem todos os *campi* terem espaço físico, e se tem, não existe acessibilidade física, coordenação sem espaço na gestão, não há formação específica. Afirmou que hoje na rede, temos Napnes, Neabis, Nupa (Núcleo de participação na agricultura)

Segundo o palestrante, seria o público-alvo dos Napnes: deficiências/superdotação/transtornos do espectro autista/ transtornos psiquiátricos/ distúrbios de aprendizagem/adultos/anciãos/mulheres/indígenas/negros e dos Neabis imigrantes/exilados/refugiados e trabalhadores em geral.

Segundo o palestrante, em *campus* que tem residência estudantil há mais

possibilidade de ter esse público. Por que não se trabalha com adultos, anciãos e mulheres.

Então, precisamos de uma equipe multidisciplinar, envolvendo todos os setores da instituição: diretoria geral, outras diretorias, técnicos e docentes, pessoal de apoio, pais e ONGs. Ressaltou que a inclusão não acontece apenas na sala de aula.

### **Debate**

Timóteo (interprete de línguas do campus do Cedro) perguntou sobre a questão dos refugiados, que se vê muito nas redes sociais, que a Europa está recebendo muitos refugiados, e se acontecer no Brasil, o que fazer?

Qual o perfil realmente que o Napne atende foi outra pergunta da plateia. O participante justificou a pergunta por achar que eram os deficientes. Professor Francin havia falado mais perfis a serem atendidos pelos Napnes, pediu mais esclarecimento.

Juliana (professora do campus de Maracanaú), reforçando a pergunta anterior, demonstrou sua angústia sobre o perfil de pessoas a serem atendidas pelo Napne, tendo em vista que o público parece muito amplo.

Christian (professor de línguas do *campus* Iguatu), também demonstrou sua angústia com a lista de perfil dos que devem ser atendidos pelo Napne, principalmente com a inclusão dos refugiados, e ressaltou a importância de mais profissionais participando do grupo do Napne.

Kelvia lançou outro questionamento, e quis saber por que existem outros núcleos de atendimento. Para ela, isso fragmentou o atendimento, por isso defende que o Napne é deve abranger tudo.

Patrícia tomou a palavra e perguntou o que a TEC NEP está pensando para garantir essa equipe multi?

Neto (professor do campus de Sobral) disse que é difícil se emponderar quando não vem isso do próprio MEC. Falou sobre o evento da PROEN que não vão estar presentes os coordenadores dos Napnes.

Aline (assistente de alunos do campus de Camocim) falou de sua experiência no *campus* e da criação do Napne em seu *campus*, que isso aconteceu graças à visita do MEC para um reconhecimento de cursos.

### **Respostas**

Professor Francin passou a responder os questionamentos e enfatizou que as questões devem ser institucionais e não personalizadas. Existe vida além dos institutos, ou seja, temos que pensar em rede.

Indagou sobre qual o nosso papel. Afirmou que nosso papel é ver a questão igualitária. O desdobramento disso envolve outros segmentos, até as relações exteriores,



não só a IES. Entende que nós não estamos dando conta nem do que já temos, mas temos que pensar além. Precisamos sair um pouco de onde a gente está. Lembrou de quando tudo começou em Iguatu com a Lucineide, sob a direção do prof. Ivam. Não pode ser uma “equipe”. Reforçou a necessidade dessa equipe, com portaria, e que também se incluía a família dos alunos. Por que se pede essa equipe? Por que há uma gama de atribuições para serem realizadas e somente para uma pessoa se torna difícil o êxito.

Deixou como contribuição para o encontro um *check list* de acessibilidade, que faz todo um relatório de acessibilidade física, entre outros pontos.

Informou que de 17 a 18 de maio houve uma reunião de trabalho para ações integradas na SETECE e teve como produtos: documento para a política de educação, grupo de trabalho para acompanhar implementação, plano de ação para expansão de ações e projetos inclusivos.

Citou a experiência do IF GO- com apoio do MEC- desenvolveu um aplicativo para pessoas com deficiência auditiva.

Afirmou que precisamos apresentar um plano de ação para expansão das ações na rede. Propôs inserir os participantes do Napne no grupo *online* de discussão desses assuntos.

#### EIXOS LEVANTADOS NESSA REUNIÃO DE TRABALHO

- Tecnologia assistiva (Andrea Sonsa)
- Formação de pessoas (Lea)
- Produção de material (Dalmir Pacheco)
- Adequação de material pedagógico (Aparecida Lima)
- Comunicação acessível (Valéria Alvez- Goiás)

- Eixo tecnologia assistiva

A ideia é saber o que já existe e disseminar por meio de oficinas.

#### \*IMPACTO SOCIAL

Abrir os *campi* de nossas instituições para uso, desenvolvimento de nossas tecnologias.

#### ATIVIDADES PROPOSTAS:

- Composição de parceria INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos;
- Implementar no Brasil a experiência do IPP – Instituto Politécnico do Porto.

## EXPETISES DA REDE FEDERAL DE EPCT

- Pesquisa em inclusão social;
- Estudos sobre acessibilidade;
- Formação de pessoal, dentre outros.

## SUGESTÕES

### 1. Parcerias estratégicas

- NACIONAL: Conif, Condetuf, Fórum de pró-reitores (ensino, extensão)

Os Napnes devem buscar ajuda extracampi.

Desenvolvendo ações integradas, chamar os parceiros externos. Convidar as redes estaduais para fazer parte, secretarias de Estado da Educação, Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo (APADA), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a rede municipal também, salas de recursos multifuncionais, secretarias, educadores especializados, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), CAS, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), dentre outras.

Aline (assistente de aluno de Camocim) perguntou como está o apoio para essas ações se tornarem reais no atual governo.

Franclin respondeu que o professor, no governo anterior estávamos sem apoio. Neste governo, ele foi convidado para resgatar esse assunto, como a inclusão dentro da SETEC, e o fato de ele ter sido convidado a estar à frente da Assessoria de Inclusão, e não outra pessoa que não tenha sua trajetória, alguém que não tenha nada a ver.

Juliana (professora do campus de Maracanaú) falou da aproximação do IF com as secretarias, afirmou que há uma aproximação quando tem editais do MEC que são voltados para projetos externos. Disse também que temos a infraestrutura como contrapartida, além da submissão de projetos a esses editais para serem realizados em escolas públicas.

Importante que entendamos os conceitos:

Será que o Napne é essa sala de recursos funcionais e será que o profissional é especializado?

No Sul já há três institutos que tem docentes que foram contratados para esse trabalho especializado.

Agebson, coordenador de Projetos Especiais, perguntou se o professor Franclin saberia explicar por que estão acontecendo contratações temporárias de nível E, sendo que no concurso para efetivo é nível D, e se isso não abre precedências para abrir vagas de técnico-administrativo temporários.

Professora Izalete, do *campus* Juazeiro, complementou falando sobre a

importância da participação nas provas de concurso de TILs (Tradutor e Intérprete de Libras). Acrescentou que nesse último concurso entraram servidores intérpretes que vão atuar em *campus* que não tem público surdo, enquanto há *campus* que tem apenas um. Ressaltou que dessa forma vão adoecer e citou o caso do servidor de Juazeiro que está afastado por licença médica. Disse que o MEC não deveria fazer avaliações da instituição somente na ocasião de reconhecimento de curso. Que assim, esses profissionais irão adoecer. Falou ainda como se dá o processo seletivo dos concursos, que participou na banca do último concurso do IFCE e percebeu que a prova escrita é eliminatória e as demais são classificatórias. Dessa forma, entram profissionais deficientes na didática, o que vai refletir na sala de aula.

Dando continuidade, professor Francelin reafirmou a importância dessa quebra de barreiras e do conhecimento de conceitos, como adequação, adaptação, flexibilização curricular e terminalidade específica.

Sugestão para os *campi*: importante que a comissão instrumentalize com um protocolo para ações que pretende realizar. Por exemplo, no caso da terminalidade, se for utilizar, mas o ideal é que não seja necessário realizar a terminalidade.

#### **Sistematização ao atendimento:**

Passo 1 – Formalizar a equipe (portaria).

Passo 2 – Documentar tudo.

Passo 3 – Entrevista com estudante e registrar ata.

Passo 4 – Contatar a família do estudante.

Passo 5 – Sensibilizar e conscientizar a turma do estudante.

Passo 6 – Desenvolver reuniões de trabalho periódicas com foco nas necessidades específicas.

Passo 7 – Documentar tudo com atas, fotos etc.

#### **Acompanhamento do estudante**

Passo 1 – Coordenar as atividades da equipe multidisciplinar

Passo 2 – Acompanhar os estudantes desde a inscrição para o vestibular (apoio), seu ingresso e processo formativo (encaminhamento profissional).

Passo 3 – Fazer o rol de estudantes com necessidades específicas.

Passo 4 – Providenciar, com os diversos setores, todo suporte para inclusão desse estudante.

Passo 5 – Buscar, junto ao grupo gestor, apoio para o seu empoderamento.

Sugeriu: sejam rede, sistema IFCE, e não façam nada sozinhos.

Concluiu com a mensagem: “Caminante, no hay camino. Se ahace camino al

andar” Antonio Machado Ruiz.

Foto 19: Franclin finalizando sua explanação



Fonte: Patrícia Freitas

Seguindo abriu para questionamentos:

#### **Perguntas e respostas:**

##### **Kelma, assistente social de Limoeiro do Norte**

Agradeceu ao palestrante e falou da existência dos Napnes e da Comissão de Acessibilidade no IFCE. Acrescentou ter percebido que a fala do palestrante fez com que todos ficassem se questionando sobre o Napne fazer AEE, o local de vinculação do Napne, Ensino ou Extensão e o público-alvo do núcleo.

O palestrante respondeu que se deve definir o plano de ação, deve-se pontuar o público e registrá-lo no regulamento.

Neto (professor campus de Sobral) afirmou que a sala de aula é o último processo, até chegar à sala de aula há ainda um longo caminho anterior. Perguntou onde estão as pessoas com deficiência para que elas possam ter acesso e ingressarem no IFCE?

Professor Franclin respondeu que os estudantes talvez não estejam aqui, porque talvez ninguém nunca disse que o *campus* está aberto. Por meio das parcerias é possível submeter projetos.

Juliana (professora do campus de Maracanaú) questionou sobre a realização de atendimentos nos Napnes.

Professor Franclin responde que não há como fugir da questão do atendimento, já que ao encaminhar, a pessoa está fazendo um atendimento, acolhimento, e não o atendimento clínico.

Ricardo (psicólogo campus de Limoeiro do Norte) concordou com a questão

do atendimento no sentido de acolhimento, mas não deve ser entendido como clínico, já que como psicólogo compreende que não é função do servidor do IFCE. Ao mesmo tempo, se angustia porque algumas pessoas sempre “passam a bola pra frente”. Não é obrigatório que o psicólogo faça parte do Napne e é muito preocupante e angustiante a questão da medicalização.

O palestrante disse que a pessoa já tem um laudo, por isso é muito importante a questão do atendimento e a sensibilidade do profissional, quebrando todos os paradigmas. É importante identificar e compreender a linha tênue das atribuições.

Patrícia, assistente social da PROEXT, afirmou que durante a sua apresentação, percebeu que a equipe está caminhando na trilha correta, no entanto sentem falta de pessoal humano, pois têm assuntos que precisam ser tratados. O que está sendo pensado para compor as equipes multi, temos o capital intelectual, mas precisamos nos formar, é necessário que os TILs tenham uma jornada de trabalho reduzida, dentre outras reivindicações de outros setores.

O palestrante afirmou que na semana anterior foi fechada a LOA de 2018, e não foi previsto recursos para a contratação de pessoas, e irá checar a rubrica para essa questão, mas há outras formas de se conseguir este material humano e irá enviar uma resposta posteriormente via lista de e-mail que foi passada.

Kelma, assistente social de Limoeiro do Norte, disse que a Lei de cotas incentivará a matrícula das pessoas com deficiência, e há uma preocupação em como será viabilizada a participação dessas pessoas.

Professor Franclin afirmou que um por cento do recurso deve ser utilizado para a acessibilidade.

Agebson, coordenador de Projetos Especiais, perguntou se há como conseguir recurso, se está diluído. Como fazer se o recurso vier carimbado para ações de acessibilidade, para facilitar as ações na ponta, já que os gestores têm sempre outras prioridades.

O palestrante disse que a SETEC não pode interferir, mas pode induzir algumas coisas. Pode-se pensar em alternativas diretas, como recursos por TED ou editais, mas com a atual conjuntura financeira está difícil. Contudo se considera um “pai” dos Napnes e por isso sempre procura o melhor para colaborar com os Napnes. Se disponibilizou para dar continuidade com debate via webconferência, agradeceu ao convite, afirmando que no dia seguinte estará disponível o dia todo.

Aline (assistente de alunos de Camocim) apresentou a programação do dia 03/08 e realizou o sorteio de dois livros doados pelo palestrante. Encerrou os trabalhos do dia.

Foto 20: servidores que ganharam no sorteio



Fonte: Patrícia Freitas

### 3.3- 3º dia - 03.08.2017 (quinta-feira)

**8h às 09h - Relatos de experiências de ações inclusivas pelos docentes em sala de aula no IFCE.**

**Mediação:** Diná Santana

**Professor convidado:** Daniel Diego Lacerda - professor do *campus* Jaguaruana

**Título da apresentação:** Vivência em educação inclusiva de discente com transtorno mental não definido: um desafio interdisciplinar

Foto 21- Explanação do professor Daniel



Fonte: Patrícia Freitas

O relato foi de um *case* sobre um aluno do *campus* de Jaguaruana. Inicialmente foi apresentada a definição de transtornos segundo a psicologia, em seguida foi informado



que o *campus* não tem o conhecimento de qual transtorno seria dado ao diagnóstico do aluno.

O professor explicitou que foi feito um levantamento de informações para tentar entender a situação desse aluno. Esse processo envolveu vários profissionais do *campus*, no entanto, dentro de sala de aula os professores não conseguiam fazer um trabalho específico devido à dinâmica do trabalho de cada um. Dessa forma, a troca de informações para a identificação da real situação do estudante foi na Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) e na Coordenação Técnico-Pedagógica (CTP). A princípio foi identificado que o aluno sofria de esquizofrenia.

Após um período de observação realizado por esses setores do *campus*, foram identificados alguns aspectos recorrentes no comportamento do estudante: problemas de coordenação motora devido ao uso de medicação, apatia e não inclusão nos “grupinhos” de salas, além de apresentar autoestima baixa, aparente desmotivação e rendimento insatisfatório nas avaliações. Ao conversarem com o estudante, este relatou que não se sentia incluído na turma.

Diante disso, a direção do *campus* Jaguaruana solicitou auxílio da equipe da Pró-reitoria de Extensão e da equipe do Napne do *campus* de Limoeiro do Norte para identificarem o diagnóstico do aluno juntamente com a enfermeira do *campus*, única profissional da equipe da Assistência Estudantil.

Essa equipe fez atendimento ao aluno e à família, como também realizou uma formação com a equipe de professores do *campus* Jaguaruana. Após essas ações, foi detectado que o diagnóstico do aluno não seria esquizofrenia, porém foi identificado que ele sofria de algum transtorno, e por isso precisava de acompanhamento psicológico. Vale ressaltar que o jovem era frequente no *campus*, que gostava do curso e do ambiente estudantil.

Professor Daniel relatou que foi fundamental o apoio e a orientação dados pela equipe do Napne. Nesse momento, a aluna Valdiana, participante do Napne do *campus* Maracanaú, ressaltou a importância de se ter alunos como membros dos Napnes por estes terem uma relação mais próxima com seus pares. Sobre esta questão, Daniel continuou o relato afirmando que o *campus* empenhou-se nessa intervenção junto aos demais alunos, no entanto não obteve êxito.

Diante do pré-diagnóstico, a equipe elaborou um plano de ação com as seguintes medidas: atendimento pela enfermeira junto ao aluno e à mãe (a fim de conhecer o comportamento do aluno em casa, saber qual seria mesmo o transtorno, quais os medicamentos usados e tratamento já realizado), agendamento de consulta psicológica para o aluno e plano pedagógico de acompanhamento do aluno.

Mesmo com todas essas ações, perceberam, após certo tempo, que o aluno



estava se afastando do *campus*, havia o registro de faltas seguidas em algumas disciplinas.

Professor Daniel, ao perceber a ausência constante do aluno, entrou em contato com ele. Este revelou que queria se afastar mesmo e um dos motivos era a necessidade de trabalhar. Foi feito o convite para conversar e retornar, porém o jovem não foi. Em um novo contato, o jovem compareceu e solicitou a troca de turno. A solicitação do aluno foi aceita pelo *campus*, mesmo diante do adiantado andamento das aulas.

Diante da situação, foram realizados contatos diretos com os docentes de cada disciplina, em seguida foi apresentada a decisão ao aluno e firmado o acordo para que ele retomasse as ações propostas no plano de ação, como o reforço escolar no contraturno (com estratégias específicas: atividades diferenciadas e acolhedoras identificadas através das potencialidades do aluno).

Ao final das atividades do plano, foi realizada a avaliação do aluno com a mesma prova que foi aplicada na turma, porém com um método dialogado de aplicação, em local e horário diferenciado. O resultado da avaliação foi exitoso.

A mediadora questionou qual o curso e se o método diferenciado foi aplicado com outros professores. Daniel falou apenas que o aluno era de curso técnico, mas não disse especificamente qual o curso, explicou ainda que devido ao calendário acadêmico em andamento, não foi possível fazer esse mesmo método nas outras disciplinas.

Em seguida foram expostos os pontos de êxito do caso analisado:

- ação interdisciplinar entre docentes e técnico-administrativos do *campus* para resolutividade da situação;
- trabalho de acolhimento e acompanhamento ao aluno;
- motivação do aluno para os estudos (fato identificado e relatado pela mãe do aluno);
- renovação da matrícula do aluno para o semestre seguinte.

Ao final, o professor destacou pontos para a discussão: uniformização X inclusão, importância da inclusão da pessoa com deficiência.

#### **DEBATE:**

##### **Pergunta:**

Juliana - assistente Social da UFCA, parabenizou o relato e questionou se o jovem parou ou continuou a medicação.

##### **Resposta:**

O jovem continuou o acompanhamento médico.



**Pergunta:**

Fátima psicóloga do *campus* Tabuleiro do Norte, parabenizou o relato e ressaltou a importância do olhar diferenciado para o público com deficiência intelectual, pois precisa, segundo ela, desse olhar nos diversos aspectos de atendimento. E que a inclusão é uma filosofia de vida, que mesmo um professor de área mais técnica deve ter esse olhar com visão humanista. Ressaltou também a aproximação com a família. Não defende a necessidade fundamental do diagnóstico e que ele não deve ditar a ação. Sugestão: assistir ao filme da “Nise da Silveira” e a realização de estudo de caso, como método de trabalho, como proposto pela professora e palestrante Geny Lustosa.

**Resposta:**

Importante destacar o estigma social que sofre o aluno e a defesa dos pais para a proteção do filho. E a aproximação com a família foi uma estratégia para “quebrar” esse estigma social. Sendo o acolhimento um fator importante para o sucesso na atividade do aluno.

**Pergunta:**

Paulo - psicólogo do *campus* Camocim, parabenizou a exposição do caso, ressaltando o trabalho docente e a não setorização das demandas dentro do IFCE, inclusive no trato sobre a questão apresentada. Apresentou a reflexão sobre a importância de se conhecer o histórico do aluno no percurso do ensino básico para se evitar os erros já cometidos e buscar fazer uma nova história. Outro ponto é a responsabilização do sujeito nesse processo, reconhecendo não como um limitador, mas uma pessoa com desejos, superando a visão do diagnóstico e a possível limitação.

**Resposta:**

Agradeceu aos elogios e disse que repassará para a equipe do *campus*.

**Pergunta:**

Daniel - professor do *campus* Sobral, reiterou o que foi dito e disse que o que foi feito foi maior do que a questão da função de professor, o que foi feito foi uma ação humana. Perguntou se foi feito algum trabalho com a turma sobre a questão do acolhimento X exclusão do aluno.

**Resposta:**

Não foi feito um trabalho com a turma, devido ao tempo e o foco nas relações, a princípio somente com o aluno em questão. Porém, será visto um trabalho com a nova turma do aluno, após a mudança do turno.

**Pergunta:**

Fernanda- professora municipal do Crato, falou que ficou encantada com o que foi apresentado. Em seguida, explicou o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais, segundo as diretrizes do MEC, no município onde trabalha.

Ítala - enfermeira do *campus* Tauá, relatou um caso do *campus* Tauá cujo diagnóstico foi esquizofrenia, expôs a dificuldade que tiveram com os profissionais e com outros alunos em relação ao estigma sofrido pelo aluno que apresentava o problema. A culminância foi um abaixoassinado feito por um grupo de professores com o objetivo de não aceitar a matrícula do aluno com problemas.

Kelma - assistente social do *campus* Limoeiro do Norte, explanou sobre a importância da equipe dos técnico-administrativos estar composta para o melhor acompanhamento dos alunos. Acrescentou a falta de códigos de vagas de assistente social e da gestão não reconhecer a importância do profissional. Registrando o apoio dado pela equipe do Napne de Limoeiro do Norte e da única profissional da equipe de Assistência Estudantil de Jaguaruana, além dos professores sensibilizados. Falou também sobre a importância de recursos para o atendimento e equipamento das salas dos Napnes.

Foto 22- Kelma Freitas participando do debate



Fonte: Maria Dias

Agradecimento final e encerramento do momento.

**10h45- Plano e Instrumentais de Trabalho para os Napnes (Hellenvivian de Alcântara e Patrícia Freitas)**

Foto 23- Explicação por Hellen e Patrícia



Fonte: Aline Siebra

Patrícia agradeceu inicialmente a presença de todos, em seguida apresentou todos os participantes da comissão e os eixos em que fazem parte. Lembrou que o eixo psicopedagógico foi oriundo do encontro de 2016, pois, anteriormente, era apenas pedagógico.

Continuou recordando as discussões do encontro passado com relação aos instrumentos criados. Ressaltou que o que seria apresentado não era algo fechado, e que era importante a participação de todos e todas.

Explicou a proposta de sistemática de acompanhamento dos Napnes, que se divide em quatro passos:

1. diagnóstico situacional dos Napnes;
2. plano de atuação dos Napnes;
3. relatório de atividades;
4. instrumentais de atendimentos.

Hellen ressaltou a importância do registro formal das ações por meio de cadastro no sistema SigPROEXT, e que, em breve, será migrado para o sistema Suape.

Patrícia explicou sobre o Plano de atuação, podendo ser uma proposta de 6 meses a 2 anos. Com relação ao relatório de atividades seria realizado semestralmente. E que até dezembro a comissão deve receber esses relatórios.

Quanto aos instrumentais de atendimento, destacou sobre pensar a respeito desse atendimento, se seria esse nome a ser utilizado, tendo em vista que não é proposta do Napne fazer atendimento. Diná sugeriu a palavra acompanhamento.



Patrícia continuou falando sobre os instrumentais, quem fariam as perguntas aos discentes. Agebson tomou a palavra e explanou a respeito do diagnóstico da situação dos Napnes.

Hoje, os membros que fazem parte da coordenação dos Napnes ainda são em caráter voluntário. Reafirmou a necessidade de ser ter a portaria com as funções de cada participante da equipe, bem como informar nela as atribuições dos Napnes. Essas portarias precisam estar atualizadas, principalmente para responder questões de auditoria.

Outro ponto importante é quanto à estrutura física do *campus*, necessária essa informação para que a comissão possa reivindicar o que falta. Por exemplo, se tem sala para o Napne, quais ações são desenvolvidas, condições de funcionamento, avaliação geral. Ressaltou mais uma vez como é importante ter esse diagnóstico da situação de cada Napne, para assim a Comissão conhecer como está cada um.

Patrícia explicou sobre a dotação orçamentária direcionada para o *campus* fazendo uma relação em como acontece no município, que para cada aluno deficiente corresponde o percentual de dois alunos. Agebson complementou essa informação dizendo que isso não acontece no Instituto, assim como também é diferente como é para a universidade que recebe valor específico para as ações de acessibilidade.

Continuando sobre o diagnóstico situacional no ponto de atenção aos usuários do Napne e da avaliação geral, disse ainda que o questionário já está pronto e pediu que até o final de agosto precisa receber essas informações. O questionário será encaminhado para o *campus* na segunda semana de agosto. Em seguida, mostrou o questionário.

Foi ressaltado, tanto pelo Agebson como pela Patrícia, a importância da divisão de tarefas entre os membros do Napne a fim de que não sobrecarregue só o coordenador, e não se personalize em sua figura, mas se institucionalize as ações do Napne.

Agebson falou ainda que o questionário parece extenso, no entanto são questões realmente necessárias para se ter uma visão geral. O formulário foi dividido em seções e assim serão salvas à medida que forem respondidas. Será disponibilizado o questionário em PDF para que já saibam o que devem responder. Falou ainda de um curso que será realizado em parceria com a DAE. Por fim, pediu que enviassem a portaria do Napne atualizada.





Foto 24- Momentos de mediação com Agebson



Fonte: Patrícia Freitas

Patrícia voltou a falar sobre o Plano de Ação, ressaltou a importância do diagnóstico para o plano de ação ser realizado. Mostrou a proposta teórico- metodológica e disse como seria a participação para modificar e construir o documento.

Uma participante perguntou se no Q-acadêmico tem algo que se consiga mapear o aluno com deficiência. Patrícia respondeu que já foi aplicado um questionário-teste no *campus* Limoeiro do Norte e que deu certo.

Tomás - *campus* Quixadá - disse que alguns alunos se dizem deficientes sem ser, e que já fez esse trabalho de confirmar indo à CCA ou fazendo pessoalmente, e que desconhece esse questionário.

Patrícia respondeu que a CCA realmente não tem, mas os coordenadores dos Napnes é quem irão receber o questionário, que nesse primeiro momento foi apenas um teste.

Kelma aproveitou o ensejo para explicar como foi aplicado o questionário no *campus* Limoeiro do Norte, e ressaltou que o Napne que tem que ir à CCA para pegar o relatório.

Patrícia explicou que no questionário vão os conceitos das deficiências para que os alunos, ao preencher o formulário, saibam o que significam. Raíssa - coordenadora do Napne - *campus* Canindé, falou da experiência da aplicação do questionário no seu *campus* e que também deu certo, mas para gerar o resultado não conseguiu gerar filtro e que recebeu várias páginas. Dessa forma, teve que fazer a separação sozinha. Sugeriu que a Proen fizesse um treinamento com a CCA para saber filtrar esses dados, que fosse feito um guia ou um tutorial.

Daniela - *campus* Limoeiro do Norte - disse que também recebeu dessa forma, com várias páginas, mas compreende que por ser um projeto piloto pode ter saído assim, e que pode melhorar. Quanto às definições das deficiências, percebeu que alunos marcaram ter determinada deficiência sem ter, ou seja, eles podem ter respondido errado mesmo, e não é culpa do sistema. Em geral, o questionário foi muito bom, e que é um projeto que vai dar certo.

Ítala - *campus* Quixadá - disse que já trabalhou como sistema Q-acadêmico, afirmou que aplicou o questionário, mas não teve resultado exitoso, falou da necessidade de treinamento na CCA.

Ana Leila – Proen - explicou que há treinamento anual realizado pela Pró-reitoria de Ensino com as coordenações de CCA, ressaltou a importância de que esses participantes pontuem suas dúvidas sobre filtragem de informações de filtro das informações e informem à Proen.

Agebson falou que os dados de autodeclaração podem ter ruídos e o que se deseja saber é quem são de fato esses alunos com deficiência, sugeriu que fizessem conscientização no início do semestre e que o questionário pode demorar um pouco mais para ser respondido enquanto fazem a sensibilização com os participantes.

Juliana perguntou se vai ser alimentado em cada *campus* pela CCA ou na reitoria. A resposta foi dita pelo Agebson que será na CCA dos *campi*.

Kelma explicou que a pesquisa fica disponível para todos os *campi*. Agebson ratificou que a pesquisa fica disponível, mas a responsabilidade é da CCA local tanto o início quanto o fim.

Patrícia deu continuidade nas discussões do Plano de Ação, falou da metodologia e das duas atividades propostas para todos os Napnes, como:

\* Mapeamento da rede de proteção social do município - articulado com a assistência estudantil.

\* *Peer Support* - apoio entre pares. Patrícia falou de sua experiência e da Hellen numa formação rápida sobre o assunto. Ressaltou que precisa ser estudada essa metodologia para ver a possibilidade de ser aplicada. A proposta é que os alunos, por exemplo, que têm determinada deficiência, se encontrem e discutam sobre suas demandas e mecanismos de se fortalecerem, sem a presença de servidor.

Em seguida, Patrícia mostrou a proposta de roteiro para o relatório de atividades e explicou cada ponto. Deixou claro que não é papel do coordenador do Napne fazer o relatório sozinho, mas com a equipe.

Hellen deu prosseguimento falando dos instrumentais de atendimento. Mostrou

o instrumental e esclareceu que a primeira parte, ficha 1, pode ser aplicada por qualquer membro do Napne, mas as demais serão voltadas para definir quem vai aplicar.

Deixou em aberto que quem quisesse contribuir poderia falar. Agebson sugeriu que fosse colocada na ficha 2 tanto o Pedagogo como o Técnico em Assuntos Educacionais sejam responsáveis pela aplicação do instrumental.

A ficha 3 foi apresentada pela Patrícia que explicou alguns pontos relevantes das informações solicitadas no instrumental.

Hellen retomou a palavra e reafirmou que diferentemente do município, o IFCE não faz atendimento e não recebe por esse aluno, por isso o questionário é mais sucinto.

Zélia - *campus* Juazeiro do Norte - exemplificou como acontece em seu *campus*, que ocorre em parceria com a CAE e CTP.

A participante do Crato falou sobre esse recurso direcionado para o município que também não é muito e que muitas vezes o profissional arca com alguns equipamentos dos quais precise.

Um docente do *campus* Tauá falou que a partir das observações do professor Franclin Nascimento, em relação à nomenclatura de necessidades educacionais específicas, e diante das atribuições do Napne quanto à permanência e êxito, que o Napne deveria estar vinculado à Pro-reitoria de Ensino e não à Proext, e esta vinculação deveria estar vinculada à reitoria, pois a chancela Napne é muito ampla e não deveria se restringir à extensão.

Diná afirmou que são inquietações também da Comissão e que algumas coisas que o professor Franclin apresentou não necessariamente todos concordam, mas que algumas questões também serão discutidas no turno da tarde, e são discussões que a comissão já vem trazendo sobre a vinculação do Napne e esta é uma inquietação de todos.

Patrícia corrobora com algumas afirmações do professor de Tauá, e esclarece que a nomenclatura do Napne vem sendo discutida, mas afirma que os termos “especial e portador” não são adequados, e, atualmente, o termo que vem sendo utilizado é “específico”. Informou que no período da tarde esta discussão será continuada.

Diná sugeriu uma pausa e a discussão ter continuidade no período da tarde, com o tema regulamento e em seguida retornar o assunto dos instrumentais.

Agebson esclareceu que os instrumentais são uma demanda dos núcleos e, por isto, estão sendo apresentados no IV Encontro dos Napnes.

Kelma questionou o fato de nem todos os *campi* possuírem assistente social ou pedagogo, e ainda que mesmo os *campi* que possuem estes profissionais, não necessariamente precisam estar no Napne.

Paulo - psicólogo - *campus* Camocim - propôs não nomear o tipo de profissional,

mas colocar como eixos.

Patrícia declarou se preocupar em colocar em eixos, pois isto poderia maquiara os fatos. Mirla sugeriu, então, que os instrumentais fossem testados e com a prática se observariam as fragilidades.

Patrícia respondeu ao professor do *campus* Tauá que a Coordenação de Projetos Especiais está vinculada à Proext porque foi esta pró-reitoria quem acolheu esta coordenação no IFCE. Acatou a sugestão de Diná, justificada pelo decorrer da hora, e os debates passaram para o turno da tarde.

**13:30h às 17h - Exposição dialogada/atualização do Regulamento dos Napnes e encaminhamentos** (Agebson Façanha - Coordenador de Projetos Especiais - PROEXT)

**MEDIAÇÃO:** Patrícia Freitas / Diná Santana

Aline Siebra registrou o agradecimento à empresa ADEMAIS - Comunicação Acessível, em nome da direção-geral do *campus* Juazeiro do Norte, pela parceria no evento.

Dando prosseguimento, Agebson resgatou um pouco do histórico dos Napnes. Que em 2005, o *campus* de Iguatu implantou o primeiro Napne. Os *campi* Juazeiro do Norte e Fortaleza implantaram o segundo e o terceiro, respectivamente. Hoje são 20 Napnes com perfil bastante diversificado.

Que todos têm autonomia para discutir o regimento. Em 2014, no *campus* Acaraú, no II Encontro, foi definido que seria montado o regimento. Este foi aprovado em 14 de dezembro de 2015, com a condição de ser revisto a cada dois anos.

Agebson mostrou pontos do que foi discutido no *campus* Canindé, por ocasião do III Encontro dos Napnes, que ficaram em aberto:

1. Adicionar Dislexia e TDAH ao atendimento dos NAPNES?
2. Retirar TGDs desse atendimento?
3. Quem é o público-alvo do Napne?
4. Alteração do termo Políticas Públicas para “Proposta de políticas dentro do IFCE”.
5. Alteração da carga horária dos membros do NAPNE.
6. Coordenação de 8h para 5h. (A regulamentação da carga horária docente prevê 5h para NAPNE.)

Então, as discussões giraram em torno:

- Atendimento?
- Público-alvo?
- Necessidades Educacionais Específicas?
- Necessidades Específicas?
- Necessidades Especiais?

Agebson expôs o regimento em projeção.

Juliana sugeriu que as definições fossem acrescentadas ao regimento, como, por exemplo, compreensão de Acessibilidade; de Necessidade Educacional Específica. Agebson apresentou no regimento:

- Conceito de Necessidade Específica e sua abrangência.
- Vinculação do Napne.

Aureliano perguntou até que ponto os participantes poderiam realizar modificações no regulamento. Patrícia esclareceu que o evento é deliberativo.

A assembleia optou por acrescentar outras provocações também.

Aureliano sugeriu:

- Proen
- Progep
- Departamento de Ingressos
- Disponibilizar infraestrutura - Proap
- Solicitação de recursos - Proap
- FG – Proap

Iniciando a discussão pelo conceito de Napne:

A) Juliana perguntou se o termo “necessidades educacionais específicas” abrange discente/docente. Ou seja: a que se refere educacional, se a proposta é trabalhar com acessibilidade geral?

B) Franclin perguntou por que o nome continuou assim.

Agebson respondeu que o termo se manteve pelo próprio contexto do IFCE. Complementou que situações que não interferem diretamente na relação ensino e aprendizagem poderiam ser encaminhadas ao Napne (quebrar o braço esquerdo, sendo destro, por exemplo).

O professor Francelin reiterou que a proposta se deveu à tentativa de estabelecer maior rigor científico e ao fato de o termo “especial” restringir ao conceito de deficiência. Sugestão: manter apenas “Necessidades Específicas”.

Michele – Professora - *campus* Sobral - relatou sua experiência com as terminologias usadas. Para ela, o termo “necessidade” não respeita a condição da pessoa com deficiência. É como se ressaltasse uma dependência que a pessoa apresenta, mas se não puder mudar, não tem problema ela.

Patrícia reiterou que tudo pode ser revisto e sugeriu que se pensasse outro nome que contemplasse às novas discussões.

Margarete sugeriu a ampliação do termo educacional, para além da relação ensino e aprendizagem.

Michele sugeriu “Atendimento adequado a Pessoas Específicas”.

Aline sugeriu que se defina primeiro o público, para depois definir a nomenclatura.

Aureliano ressaltou que é como se tivéssemos desvirtuando o nome, já que Napne nasceu com outra proposta. Ele sugeriu então mudar o nome. Pediu para compartilhar sua experiência com o concurso. Refletiu sobre a capacidade de atender a um leque tão amplo de demandas. Profissionais já trabalham com questões características do que seria esse foco ampliado. Sua sugestão: Não utilizar mais o nome Napne.

Daniel disse que se considera “perdido”, às vezes. Como se tivéssemos andando em círculos. Defende que definamos primeiro o público-alvo. Depois checar se conseguimos prover essa acessibilidade. Devemos definir o intuito e o que conseguimos fazer.

Patrícia – Proext - perguntou se podemos discutir o público e todos acataram.

Juliana - *campus* Maracanaú - lembrou que sempre focamos na questão da pessoa com deficiência. Sugeriu que busquemos na comunidade externa essas pessoas.

Aline - *campus* Camocim - sugeriu que definamos de acordo com a Lei. No caso, o público específico, previsto em Lei, é a pessoa com deficiência. Não só estudantes são amparados pela lei, mas servidores também.

Daniel - *campus* Sobral - demonstrou sua preocupação quanto à abrangência do público, pois não se vê competente para lidar com certas situações (dos transtornos, por exemplo).

Agebson ressaltou a necessidade de encararmos os desafios. O professor também se depara com situações inesperadas. A pessoa com deficiência está no Napne, a questão é se ampliamos esse público.

Daniel – *campus* Sobral - reforçou que o professor encara sim os desafios. A não limitação pode esvaziar as comissões.



Aureliano concordou com o professor Daniel, reiterando que a ideia de equipe multidisciplinar deveria contornar as dificuldades. Propôs que o público fosse delimitado anualmente, a começar com PcD, depois ampliar; planejamento evolutivo das áreas de atuação.

Aline enfatizou que já existe a equipe de Assistência Estudantil para dar conta de outros transtornos.

Daniel - *campus* Jaguaruana - enfatizou que a Lei se refere à deficiência, e que o deveria ser delimitado é o alcance das ações do Napne; não o público, pois este já está delimitado por Lei.

Patrícia disse ser importante observar a opinião dos profissionais de psicologia acerca dos transtornos de aprendizagem e ressaltou que também devemos definir o alcance do público e lançou a pergunta, seriam: discentes, servidores, comunidade?

Fátima - Psicóloga - *campus* Tabuleiro do Norte – fez uma reflexão sobre o que todos denominam de transtorno. Disse ainda que os casos de transtorno mental vão além disso. Ressaltou o perigo do estigma e que talvez não seja possível fechar alguma definição, pois seria um pouco precipitado.

Myrla enfatizou que não é da alçada do Napne atender a todos os casos. Os profissionais podem continuar atuando em suas esferas.

Ricardo Rilton – *campus* Limoeiro do Norte - disse que se sentiu bastante contemplado na fala da Myrla e concorda que não devem ser inseridos os transtornos psiquiátricos no atendimento dos Napnes, mas levantou o ponto dos transtornos de aprendizagens, que também são mentais, que esse público pode até ser deixado de fora, mas não que não se devem cruzar os braços. Então, a ideia é que a comissão e os Napnes provoquem a Proen e outros setores para que haja capacitação para atuar com esse grupo.

Daniela concordou com o que os psicólogos expuseram. Questionou se vale a pena ampliar o rol, uma vez que o Napne não está dando conta daquilo a que se propõe. O mais importante é oferecer um bom serviço aos alunos.

Kelma defende focar na PcD. E destacou que não será deixado de acolher/de atender, identificar a situação e encaminhar para o setor específico. Citou o exemplo de uma aluna com lúpus.

Agebson disse que às vezes tem a sensação de que damos voltas e não chegamos a uma conclusão. Parabeniza o encaminhamento das discussões e sente-se confortável com as conclusões. Discorda da ideia de formar um cronograma de público específico.

Juliana sentiu-se feliz com as falas, reiterou que pessoas com deficiência não se sentem contempladas com a palavra necessidade e sugeriu: Núcleo de Acessibilidade.

### **Encaminhamentos:**

- Ricardo Rilton falou sobre o parágrafo primeiro do regulamento em permanecer a expressão transtornos globais, explicou que fique como consta no CID 10.
- Patrícia pontuou que devemos atender à legislação, mas qual delas? LDB ou LBI?
- Ricardo Rilton diz que na LDB está mais claro que na LBI.
- Prof. Franclin contribuiu com a informação que a LBI é *ipsis litteris* igual à Convenção Internacional. A LBI só cita a pessoa com deficiência.
- Agebson colocou em votação o parágrafo primeiro do art. 2º como está escrito:
  - Aureliano levantou a questão sobre o parágrafo conter altas habilidades e super dotação e estas não serem deficiência, pediu para suprimir.
  - Patrícia explicou sobre a votação, primeiro votar se fica transtorno, com deficiência e o texto se arruma a partir disso. E a votação foi retomada.

E, resultado foi seguinte: 11 pessoas votaram em ficar PcD e TEA; 5 disseram para acrescentar altas habilidades/superdotação; e 4 pessoas se abstiveram.

Guilherme advertiu que para retirar superdotação e altas habilidades deve se consultar a assessoria jurídica, pois estes alunos também enfrentam outras barreiras. E, já há uma história nas discussões de pessoas com deficiência e os que têm altas habilidades e superdotação.

O professor Franclin, pediu questão de ordem, e ressaltou que a superdotação também causa sofrimento.

Diná disse que estava havendo confusão quanto aos termos e reiterou que altas habilidades e superdotação sempre caminharam juntas nas discussões sobre deficiência.

Kelma reforçou a ideia de focar o trabalho dos Napnes nas pessoas com deficiência.

Guilherme só enfatizou que deve ser consultado, juridicamente, se altas habilidades e superdotação podem ser separados de PcD.

Daniela concordou com Guilherme, pois, historicamente, sempre existiu um vínculo. Patrícia pediu ao Agebson para rever os encaminhamentos.

Aureliano reiterou o recorte de PcD, lembrando que talvez a identidade do Napne não esteja sendo respeitada. Patrícia disse ainda que o Napne precisa continuar existindo. Agebson defendeu que o termo Napne deve permanecer.

Aureliano chamou a atenção para a legalidade: o conceito acadêmico é bem amplo - todo o espectro deve ser atendido.

Agebson sugeriu que a comissão técnica de acessibilidade reveja o impacto de retirar AH/Superdotação tanto no âmbito legal, quanto social.

Assim o encaminhamento, seguindo a votação e discussões foram: **inicialmente, considerar que o público atendido é PcD e TEA, com a ressalva de consultar, posteriormente, os impactos da retirada de AH/Superdotação, nos âmbitos jurídicos e sociais e das lutas político-sociais.**

Juliana refere-se à problemática do termo “Necessidades”, embora tenha muito carinho pela sigla Napne. Patrícia chamou atenção para o alcance do público: discentes, servidores e comunidade.

CONSENSO: todas as esferas devem ser tangenciadas - ensino, pesquisa e extensão.

#### **- SEGUNDO PONTO: ATENDIMENTO? ACOLHIDA? APOIO?**

Juliana defendeu que não seja atendimento, pois não deve ter um caráter de AEE. Aureliano concordou com o posicionamento de Juliana.

Diná lembrou que, em todos os encontros, firmou-se a ideia de que não temos condição de oferecer atendimento, ainda.

Myrla lembrou a discussão sobre o papel da Psicologia na Educação, enfatizando o problema de não ter o suporte da rede e, às vezes, ser necessário o atendimento, mas, o foco do Napne não é o atendimento.

Patrícia defendeu a compreensão ampliada da palavra atendimento que ela não pode ser vista apenas como atendimento educacional especializado, que sempre fazemos atendimento tanto na Coordenação de Projetos Especiais na Proext quanto nos Napnes, mas entende a preocupação com o termo de não ser confundido com AEE.

Neto disse achar que é o problema é a compreensão do significado da palavra atendimento. O foco é o acompanhamento das pessoas, que devem ser devidamente encaminhadas.

Agebson interveio ressaltando que acredita já tenha ficado claro que não faremos AEE e nem atendimento clínico. Sugeriu, então, que seja colocada uma nota de rodapé explicando o que é atendimento no regulamento.

O professor Franclin posicionou-se dizendo que todos os níveis da educação devem realizar AEE, não necessariamente o Napne. Contudo, é comum a compreensão de que os Napnes farão esse atendimento. Quando ao termo atendimento pode-se compreender: acolhida, encaminhamento e acompanhamento.

Paulo, então, propôs uma **definição do tipo de atendimento** feito pelo Napne, como segue: “Acolhimento, orientação, encaminhamento, assessoramento ao *campus*, nos quesitos acessibilidade e articulação institucional (interna e externa)”. Sugeriu, ainda, a elaboração de uma cartilha para orientar os *campi* que estão ainda implementando os núcleos.



Agebson, em seguida, pediu nomes de pessoas que tenham interesse em participar da Comissão Técnica de Acessibilidade do IFCE, quando da saída de algum membro. Dentre os presentes colocaram-se à disposição: Aureliano (Tauá), Neto (Sobral), Daniel (Sobral), Raíssa (Canindé), Fátima (Tabuleiro do Norte) e Michele (Sobral).

#### - TERCEIRO PONTO: NOMENCLATURA

Aline solicitou a colaboração dos professores com deficiência na discussão do nome.

Agebson considerou importante discutir logo sobre os termos utilizados.

O professor Franclin pontuou aspectos que devem ser considerados:

- 1 - A sigla Napne não se refere a tipicidades, mas a um local.
- 2- O termo “educacional” reduz a proposta. Sugere “necessidades específicas”.

Michele - Professora - *campus* Sobral - disse entender o contexto histórico, mas algumas pessoas com deficiência não precisam de auxílio; sua experiência mostra que talvez o texto deva ser revisto. Disse ela “*poderíamos pensar em outra palavra que comece com N para não desconfigurar para que este conceito de acessibilidade abranja atendimentos pedagógicos e na área de infraestrutura. Acatarei o que a maioria decidir, reitero que esse é o meu primeiro encontro*”.

Juliana afirmou que compreendia o que significava a sigla Napne pela qual o núcleo atualmente possui reconhecimento. E que entendia o lado do movimento social na fala da professora Michele, devendo-se utilizar o termo atualizado.

Patrícia perguntou se podemos utilizar a sigla, mesmo que ela não corresponda diretamente ao significado. Sugeriu ainda a utilização da palavra “demandas” ao invés de “necessidades”. E a sigla seria Núcleo de atendimento.

Foto 25- Patrícia mediando o debate



Fonte: Maria Dias



Mayara – Assistente Social - *campus* Canindé - acrescentou que na política de Assistência Social, o programa PAIF, não traz o significado das letras, que era um programa da assistência social e foi transformado em serviço e continuou com a mesma sigla devido à consolidação política da sigla. Talvez o Napne também pudesse seguir a mesma lógica.

Neto posicionou-se dizendo que as discussões estavam sendo de caráter semântico, e não via problema em manter o termo necessidade.

Kelma também defendeu a proposta de manter a nomenclatura Napne para fortalecer a construção do núcleo, inclusive politicamente, perante os gestores.

Aureliano sugeriu retirar o termo “educacional específico”.

Daniel – *campus* Sobral - sugeriu excluir o termo “educacional”, pois acredita que assim vai ampliar o atendimento e as possibilidades de trabalho com outros segmentos que não apenas os discentes.

Agebson sugeriu fazer votação sobre quem está de acordo com o termo “educacional específica”. E, o resultado foi o seguinte: 9 pessoas posicionaram-se contra a retirada do termo educacional e 15 a favor da retirada do referido termo, tendo 6 abstenções. **Ficou a partir de agora: necessidades específicas.**

Agebson levantou a discussão para correção da carga horária para a coordenação do Napne que, atualmente, está de 8h no regimento para 5h, devido à resolução da carga horária docente e demandas do Plano Individual de Trabalho (PIT), em que a carga horária está de 2h para membro e 5h para coordenador.

Daniel - *campus* Sobral - disse ser necessário pensar no reconhecimento da carga horária dos técnicos da mesma forma como é no PIT para professores.

Diná também falou da necessidade de contemplação de técnicos com relação à carga horária. Disse ainda que no PIT o coordenador de curso tem 18h, além de o coordenador do Napne não ter FG e a carga horária ainda ser baixa, de 5h. O movimento deve ser de diálogo para que seja modificado no Conselho Superior – Consup - e não no regulamento do Napne.

Para Aureliano a carga horária dos TAEs não interfere, pois as horas dedicadas estão diluídas nas horas de trabalho. Em relação ao PIT pode ser feito um documento que saia das discussões do Encontro para solicitar o alinhamento do regimento com a carga horária do PIT.

Neto falou da necessidade de respeito do Consup ao regimento do Napne, que é um documento anterior à resolução do PIT. E chamou a todos para a luta com o objetivo de requerer o reconhecimento do que o professor faz no Napne.

Professor Franclin disse que a média nacional de carga horária de coordenação do Napne é de 12h e para membros é de 4 a 6h. Assim, ele não compreende o motivo

da coordenação do Napne não ter sua carga horária equiparada a das coordenações de cursos.

Mardônio expôs que o técnico-administrativo está abaixo do nível da docência no que diz respeito à motivação para atuar nas coordenações do Napne, pois este acumula várias funções, além das atribuições do cargo. E questionou: o que o técnico-administrativo ganhará atuando voluntariamente no Napne? Mais trabalho?

Dando prosseguimento, Agebson enfatizou que o impacto do interprete está lotado no Napne com relação à carga horária não é tanta assim, devendo este ser lotado no Napne para que não haja o desvio de função.

Neto disse que FG é um reconhecimento, mas o Napne está na vida de todo, e quem participa o faz por ativismo, por interesse ou expertise.

Aureliano salientou, ainda, se referindo à carga horária docente, que isso seria uma questão de estratégia, pois o docente tem 8h, mas no PIT foram disponibilizadas apenas 5h. Para ele, se conseguirem que as 8 horas sejam alcançadas, depois é apenas solicitar equivalência à média nacional.

**Encaminhamento: o professor Franclin enviará documentos para que possamos fundamentar a questão da carga horária.**

Sobre a parte da infraestrutura física, Aline disse que ela é primordial para o apoio, pois o espaço definido evita a confusão de papeis e atribuições. Quando o Assistente Social estiver na Assistência ele estará fazendo atendimento da assistência e quando estiver no Napne, ao Napne.

Rayça – *campus* Canindé - disse que ter um espaço adequado é uma questão lógica, e questionou como o estudante iria procurar o Napne para tratar de suas necessidades se ele não puder acessar o andar de cima porque a rampa está inacessível e não tem como ser consertada por não haver verba. E lançou a pergunta: se não houver o espaço físico como haverá essa procura e acolhimento pelo aluno?

Neto afirmou não ser interessante retrocedermos naquilo que já alcançamos, mas que deveríamos lutar pelo cumprimento do que está no regimento no que diz respeito à infraestrutura. Disse que muitas vezes ligou do seu celular, até interurbano, para o psicólogo do IFCE dentro do próprio *campus* para poder articular o atendimento. E ressaltou que é preciso equipar o Napne.

Agebson voltou a falar sobre que a lotação dos intérpretes e dos transcritores de *braille* sejam no Napne, para que não haja desvio de função dos desses servidores.

Patrícia relatou que há uma demanda acumulada na Comissão Técnica de Acessibilidade que é para entrar em contato com o jurídico para saber o que ocorre quando um regimento da instituição não é cumprido pela própria instituição. Solicitou



apoio ao professor Franclin e à SETEC quanto a esse respeito também. Acrescentou que sobre a sala do Napne é importante ressaltar que há atendimentos que precisam acontecer em ambiente acolhedor e privativo.

Aline questionou como se dá juridicamente a FG para as coordenações dos Napnes, pois o Núcleo possui um regimento, e a cada dois anos a gestão do núcleo muda, levando em conta que as coordenações são de dois em dois anos.

O professor Franclin disse que em âmbito de Rede dos IFs há eleições para as coordenações dos Napnes.

**Encaminhamento** - Enfatizar novamente no regimento a questão da FG. Devendo ser levada a reivindicação junto ao Colégio de Dirigentes (Coldir) e ao Consup.

Neto informou que o representante do Consup do *campus* Sobral era o André, e que pedirá a ele que esteja presente na reunião que for discutir este ponto. Aproveitou para perguntar se algum coordenador do Napne solicitou recursos para atuação no Núcleo.

Aline relatou sobre a solicitação de recursos no *campus* Camocim.

Diná disse que em Canindé já conseguiu muitos recursos, mas atualmente não tem, até pela atual conjuntura econômica e política da instituição.

**Encaminhamento para a comissão de acessibilidade: criar um instrumental para a solicitação de recursos.**

Dando continuidade, Guilherme Júlio repassou os INFORMES:

Sobre a reunião dos intérpretes, Guilherme disse que a Proext tem orientado a Progep que os intérpretes sejam lotados nos Napnes. Também falou sobre a discussão da Central de Libras, que poderá ser mecanismo de comunicação para o primeiro contato com o aluno ou pessoa da sociedade. Essa comunicação seria estabelecida por meio de comunicação virtual, com horário reservado para o intérprete que atenderia o público, através do meio de comunicação. O documento foi entregue, mas não obteve resposta da Progep. E pediu que no Encontro fosse feito algo à respeito para que se consiga uma resposta. Outro item é sobre uma janela de Libras nos vídeos institucionais, para que na instituição contemple o público de deficientes surdos. Outro ponto, ainda não aprofundado, foi a produção de textos acadêmicos traduzidos para as línguas de sinais, respeitando os critérios para que haja reconhecimento científico. Exemplo: TCC em vídeos, trabalhos em vídeos, caso seja necessário o intérprete deve fazer a tradução para o português.

**ENCAMINHAMENTOS: Guilherme perguntou se os presentes aceitavam que fosse encaminhada uma carta fazendo a cobrança de respostas sobre os**

**documentos enviados. E, por aclamação dos presentes será feita um documento de apoio.**

Juliana também informou que a proposta dos professores de Libras é de que a disciplina de Libras tenha uma carga horária igual a dos outros cursos. Para que seja levada para a Proen essa questão.

Agebson informou que há um indicativo de que no próximo ano todos os eventos institucionais - com o apoio da Reitoria - devem ser realizados em Guaramiranga, por isso não faremos a votação de qual será o próximo *campus* a sediar.

Aline registrou a necessidade de compreensão da gestão acerca do apoio no sentido da liberação e garantia de diária para os servidores que compõem a Comissão de Acessibilidade.

O professor Franclin pediu para que todos respondessem um questionário situacional dos Napnes que será enviado por ele.

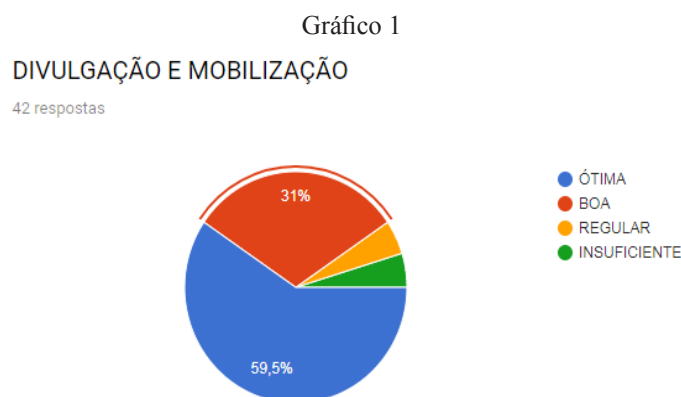
Finalizadas as discussões, Zélia Lima - Coordenadora pedagógica do *campus* Juazeiro do Norte, representando o diretor-geral, Guilherme Lacerda, agradeceu a participação de todos e todas e ressaltou a satisfação em sediar o evento.

Agebson também agradeceu a participação de todos e fez o encerramento oficial do evento. Por fim, Diná recitou uma poesia de Drummond.

## 4. AVALIAÇÃO PELOS PARTICIPANTES

A avaliação foi respondida por 42 dos participantes e foram obtidos os seguintes resultados:

No primeiro item - DIVULGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO.



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Observa-se que referente à divulgação e mobilização, a maioria considerou ótima, e boa parte avaliou como boa. O restante (9,5%) considerou regular ou insuficiente. Os comentários a esta pergunta foram:

“Acredito que poderia ter mais participação externa, as entidades e as próprias pessoas com deficiência da região, ressalvo que a presença das pessoas com deficiência da instituição para discutir a respeito das temáticas abordadas é um diferencial e importantíssimo”.

“Divulgado para os núcleos de acessibilidade das universidades, mas acho que deveria ter investido mais nas redes sociais”.

“Foi possível saber, com antecedência, sobre a realização do evento”.

“Porque sempre é bom melhorar. Deve-se pensar na divulgação acessível a todos todas”.

“Soube no dia. Por acaso”.

“Deveria aparecer na página principal do *site*. Bem como ter uma maior divulgação e mobilização nos *campi* e não apenas ser divulgado para gestores”.

“Não vi divulgação em TV e rádios”.

“Recebi comunicação do encontro com muita antecedência através do diretor do

*campus* Juazeiro do Norte e o *site* também foi um excelente instrumento de divulgação”.

“A divulgação do evento ocorreu com bastante antecedência”.

“A equipe de organização do encontro se mostrou eficiente divulgando nos meios em que era possível pela comunicação do Instituto e mídias sociais, atingindo aos interessados e mobilizando participantes além de servidores e alunos do IFCE. A equipe também se mostrou super solícita quando surgia alguma dúvida sobre as informações do evento, sempre nos deixando atualizados”.

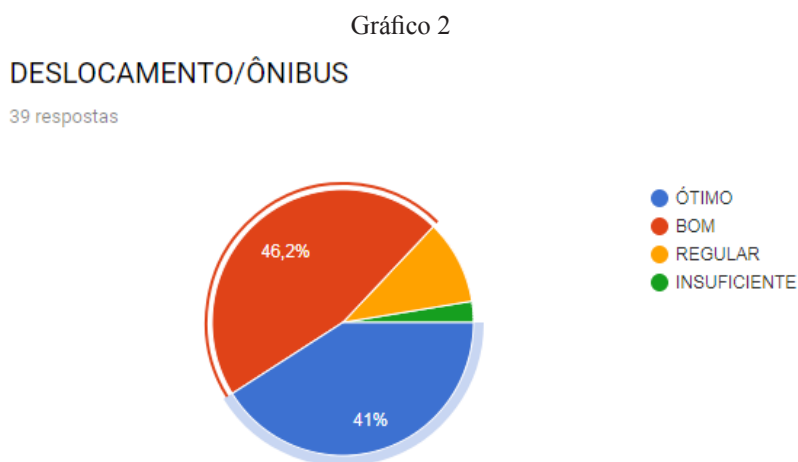
“A programação foi disponibilizada com antecedência e foi disponibilizado transporte pela instituição, o que viabilizou a participação de muitos inscritos”.

“Recebi pelo *WhatsApp* muitas informações, inclusive os *links* necessários. Ótima ferramenta de divulgação”.

“O Napne fez uma boa propaganda em relação ao evento”.

“O bom uso das redes sociais e a articulação entre os *campi* acerca das informações foi excelente”.

Com relação ao deslocamento do *campus* de Fortaleza para o *campus* de Juazeiro do Norte e ao ônibus disponibilizado, foram obtidos os seguintes dados:



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

A maioria considerou ótima (46,2%) ou boa (41%).

“O veículo que transportou poderia promover mais segurança e conforto, alguns cintos de segurança estavam com defeito ou presos nas poltronas, além de muitas das poltronas não terem uma inclinação ideal para o conforto de uma viagem diurna de 9 horas. Ponto positivo foi a agilidade dos condutores e o ar condicionado funcionando de forma eficiente”.

“A equipe se empenhou bastante no transporte, o declive foi apenas o ônibus

em si que não é confortável para uma viagem tão longa”.

“O *campus* Iguatu cedeu transporte oficial”.

“Sempre, independentemente de eventos o acesso a ônibus coletivos ou da própria instituição é irregular”.

“Faltou cinto de segurança em alguns bancos. Banheiro entupiu na volta”.

“A rota dos ônibus para o IF não é das melhores”.

“Há uma linha de ônibus da Viametro que facilitou o acesso ao evento”.

“O transporte fornecido pela instituição atendeu a todas as demandas do encontro”.

“Viagem longa e tranquila. Ponto positivo para a organização que conseguiu pensar em um roteiro equilibrado e que atendeu a todos durante a viagem e o traslado”.

“O caminho estava bom, a estrutura do ônibus também”.

“Muito boa a preocupação de viabilizar o transporte para irmos todas juntas, o que tornou a viagem menos cansativa”.

“Os hotéis indicados estavam bem próximos ao *campus* facilitando o deslocamento dos transportes”.

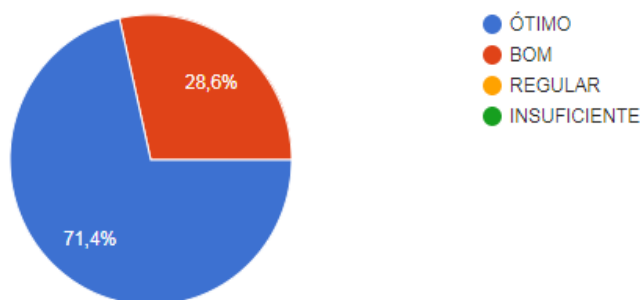
“Não utilizei o ônibus, mas pelos comentários que ouvi foram excelentes... facilitando a vida dos ‘encontristas’”.

No que se refere à infraestrutura do evento, a maioria (71,4%) considerou ótima. Vejamos:

Gráfico 3

### INFRAESTRUTURA DE REALIZAÇÃO DO EVENTO

42 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

“Única ressalva é o auditório, referente o acesso ao palco, pois as pessoas com cadeiras de rodas não têm como subir da mesma forma que um não usuário de cadeira de



rodas, pois o acesso é externo ao ambiente”.

“Ausência de acesso inclusivo no palco do evento”.

“Banheiros às vezes estavam fechados e faltou água no geláguia”.

“O ambiente apresentou uma boa estrutura para a realização do evento”.

“Auditório adequado e confortável. O local da oficina que participei também era confortável”.

“O *campus* Juazeiro do Norte atendeu a todas as expectativas quanto a infraestrutura”.

“Não tenho nenhuma deficiência, então para mim, achei bastante satisfatória a infraestrutura do evento”.

“Organizado. O professor Guilherme deu total apoio ao evento, mobilizando alunos para ajudar no encontro”.

“O *campus* escolhido era muito bem estruturado”.

“Auditório bom, atenção dos servidores do *campus*”.

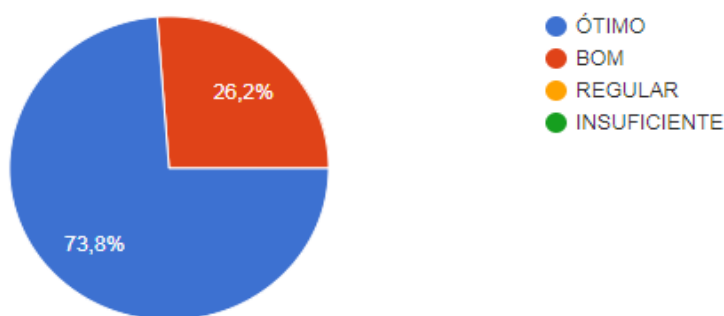
“Somente achei as cadeiras do miniauditório onde aconteceu minha oficina... apertadas e as pessoas tinham dificuldades ao saírem... atrapalhando as pessoas”.

No que concerne a quantidade dos lanches a maioria considerou ótima.

Gráfico 4

#### QUANTIDADE DOS LANCHES

42 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Os comentários foram os seguintes:

“Acredito que o lanche é ideal, pois o local oferecia outras opções de lanches pagos, caso o participante não gostasse do lanche ofertado”.

“O suco não era suficiente”.

“Havia comida suficiente para todos os inscritos, apesar de não haver opções sem açúcar”.





“Excelente o *buffet*”.

“O lanche foi bem servido”

“Excelente qualidade e quantidade ofertadas pela organização”

“Às vezes, o suco acabava logo. Em outros momentos não. Talvez equilibrar mais de acordo com a quantidade de pessoas”.

“Adequado aos padrões nutricionais”.

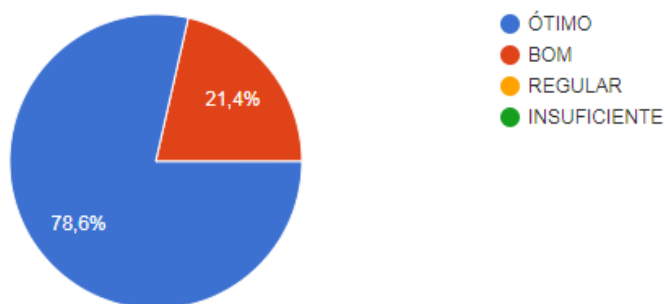
“Não faltou nada e ainda sobrava”.

No que se refere à qualidade dos lanches, vejamos:

Gráfico 5

### QUALIDADE DOS LANCHES

42 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

“Não percebi reclamações quanto à quantidade dos lanches, muitos até repetiram”.

“Variedade e qualidade”

“Ótimo serviço”

“Excelente qualidade e quantidade ofertadas pela organização”

“Achei os lanches diversificados e saborosos”

“Tinha inclusive opção para os vegetarianos”.

“De muito bom gosto e variedades”.

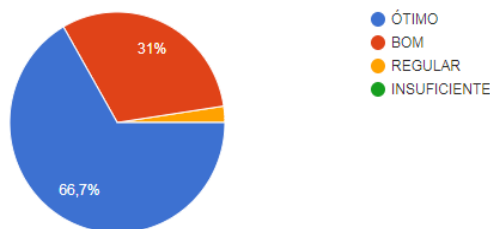
Quanto à organização e execução das atividades propostas, 66,7% avaliou como ótima, conforme o gráfico abaixo:



Gráfico 6

## ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

42 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Os comentários para esta pergunta foram:

“Na minha visão houve algumas palestras que tinham uma expectativa maior e vários questionamentos que não foram resolvidos, entre elas a do palestrante Franclin, que deixou muitas perguntas sem respostas ou com respostas vagas”.

“Algumas discussões não fluíram. E, como tínhamos alguns novatos deveria ter sido feito um resgate do que já havia sido discutido e construído para que não voltássemos a discussões que já haviam sido finalizadas”.

“Atrasos na programação”.

“Apenas um palestrante fez comentários que julguei desnecessários e com certo teor de machismo e estereotipado”.

“Houve cuidado com o tempo e com a otimização das intervenções”.

“Objetivos alcançados”

“A organização atendeu as expectativas”

“Todas as atividades propostas foram realizadas a contento”

“Procurou cumprir com o cronograma”

“As atividades foram executadas dentro do cronograma previsto. A equipe soube contornar os imprevistos não deixando buracos na programação. Só acho que o tempo para algumas atividades poderia ser maior”.

“Abraçou todas as necessidades trabalhadas pelo Napne”.

O item 2 - ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS - foi subdividido por dia e por assunto tratado, conforme segue:

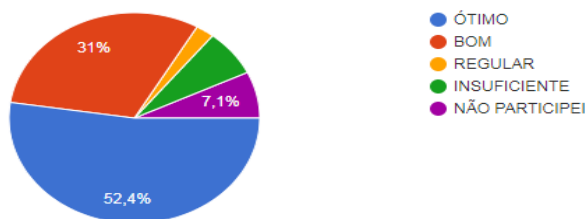
- **1º DIA- 01/08/2017 – MESA - Adaptação Curricular: Diretrizes Nacionais e estratégias de implantação nos IFs.**



Gráfico 7

## CONTEÚDO DAS EXPOSIÇÕES

42 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

“Um dos palestrantes não demonstrava domínio e clareza nas abordagens e não focou na temática proposta. Enquanto o outro foi mais objetivo e pontual”.

“Não foi focada no tema”.

“Fulga do tema”

“Ótimo - para a professora Geny Lustosa”.

“Insuficiente - para o representante do MEC, o qual revelou um discurso preconceituoso e pejorativo em relação às minorias”.

“Resgate histórico dos objetivos”.

“O palestrante Franclin não tratou sobre o tema. E a Geny não teve tempo de concluir sua exposição”.

“Algumas palestras não atenderam ao tema proposto”.

“A fala de alguns palestrantes não foi muito focada no ponto do objetivo do encontro”

“Atividade muito enriquecedora”

“Trouxe conteúdos que eu desconhecia e soube explaná-los de forma clara”.

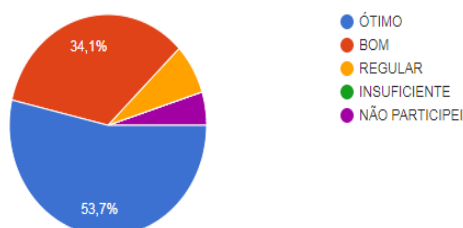
“Os palestrantes possuem bastante conhecimento sobre os assuntos abordados”.

Quanto à didática desta primeira mesa, a maioria considerou ótima ou boa.

Gráfico 8

## DIDÁTICA

41 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

“Professora Geni muito boa”.

“Idem ao item anterior, além do agravante da enorme quantidade de slides do representante do MEC”.

“Adequado ao público”

“Bem interessante”.

“Condizente com a proposta”.

“Destaque para a excelente profissional professora Geny Lustosa”.

“A explanação foi muito clara e objetiva”

“Tem poder de atração da plenária, sabendo conduzir uma conversa e dando atenção aos participantes. Slides claros e organizados”.

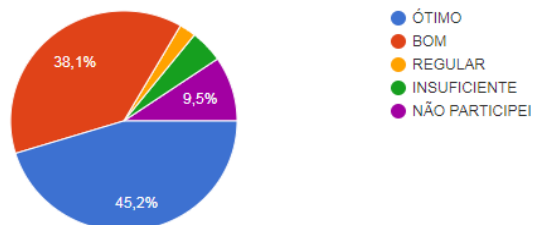
#### • 1º DIA- 01/08/2017 – Apresentação de Ações de Acessibilidade no IFCE

Com relação ao conteúdo das exposições, as avaliações foram as seguintes:

Gráfico 9

#### CONTEÚDO DAS EXPOSIÇÕES

42 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Observa-se que 45,2% avaliou como ótimo e 38,1% como bom. Os comentários foram:

“Conteúdos fracos”

“Conteúdo muito bom para despertar interesse pelas questões que envolvem a acessibilidade a todos e todas dentro do IFCE”.

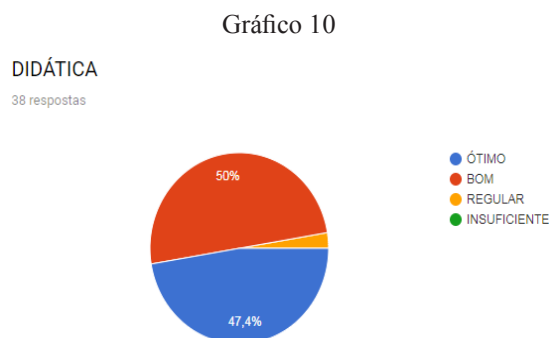
“Destaco que foi muito enriquecedora a experiência compartilhada do Napne do *campus* de Maracanaú: grupo de estudos, laboratório de práticas pedagógicas, jogos para pessoas com deficiência, encontros inclusivos”.

“De grande utilidade e semelhança com nossas dificuldades”

“Esse momento foi bem importante para conhecer as ações. Ter discussões sobre a gestão de pessoas. Ter estudante participante de Napne apresentando”.

“Atendeu plenamente ao propósito planejado”  
 “Achei bastante limitado, poucas apresentações”.

Quanto à didática, em sua maioria, os participantes consideraram ótima ou boa, vejamos:



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

- **No 2º DIA- 02/08/2017, tivemos as oficinas, vejamos as avaliações de cada uma.**

✓ **OFICINA: Orientação e Mobilidade com as facilitadoras Kelma Freitas Felipe e Germana de Sousa Vieira, mas vale observar que 44,4% dos respondentes não participaram da oficina.**



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Os comentários foram os seguintes:

“Muito prática”

“Bem interessante”

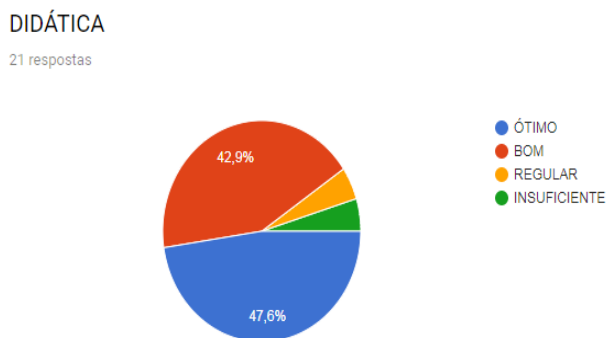
“ótima exposição”

“As docentes nos fizeram sentir iguais as pessoas com cegueira”



Quanto à didática, constatamos (retiradas as pessoas que não participaram) que a maioria considerou ótima.

Gráfico 12



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

✓ **OFICINA: Audiodescrição com as facilitadoras Maria Dias - servidora do IFCE e Patrícia Silveira**

A maioria dos participantes avaliou como ótima ou boa.

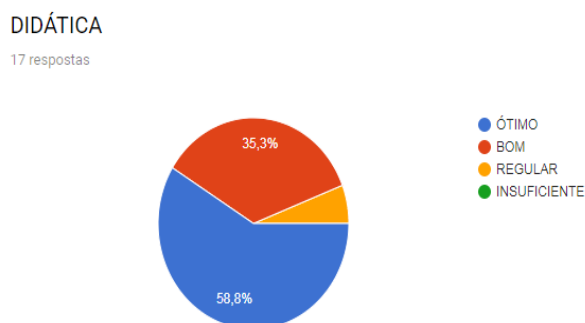
Gráfico 13



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Com relação à didática:

Gráfico 14



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria





Os comentários foram os seguintes:

“Acredito que três horas pela manhã com teoria e três horas à tarde com prática e exposição de trabalhos, será bem interessante. A presença do usuário dos recursos de acessibilidade é sempre muito importante”.

“Pessoas bastante capacitadas”

“Bem interessante”.

“As duas mostraram segurança e conhecimento das questões abordadas”.

“Faltou apenas organizar melhor o tempo de apresentação das atividades propostas”.

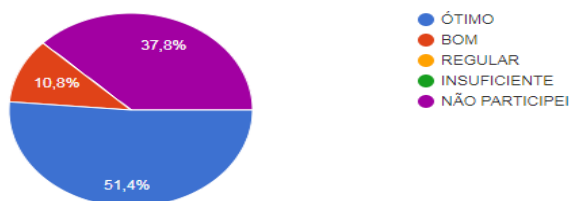
### ✓ OFICINA: Métodos de avaliação para estudantes com Deficiência - Geny Lustosa

A maioria dos respondentes participantes avaliou a oficina como ótima ou boa.

Gráfico 15

#### CONTEÚDO DAS EXPOSIÇÕES

37 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

“Oportunizou-nos a discussão crítica e comprometida sobre o desenvolvimento pedagógico dos estudantes com necessidades específicas”.

“Bem interessante”.

“Excelentes propostas de trabalho foram apresentadas”

“Bastante pertinente”

“A ministrante trouxe experiência própria para compartilhar o assunto do minicurso o que foi enriquecedor para compreender o tema em questão”.

“Passou o conteúdo de forma clara, trazendo novidades da área”.

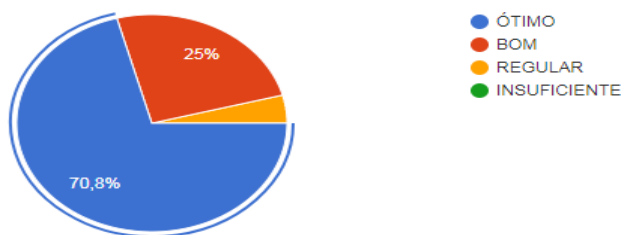
Com relação à didática



Gráfico 16

## DIDÁTICA

24 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Nos comentários tivemos:

“Adequado ao público”

“Poderia ter tido alguma vivência, construção coletiva de estratégias para sair com alguma produção da oficina. Embora talvez fosse necessário mais tempo”.

“Excelente”

“Achei o tempo insuficiente para a oficina”

“Clara, objetiva, direta, conduzindo o diálogo de maneira atraente e explicando os conceitos compreensíveis a todos os níveis de escolaridade ali presentes”.

“Conseguiu explicar muita coisa e ainda responder dúvidas”.

“A exposição permitiu a participação dos inscritos na oficina”

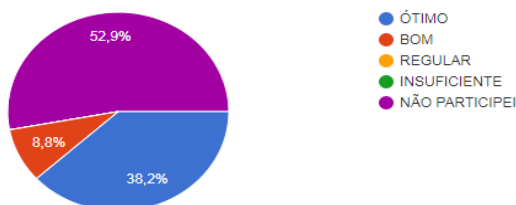
✓ **2º DIA- 02/08/2017 – OFICINA: Transtornos Psicológicos na aprendizagem: impactos e estratégias de atendimento, facilitada por Ricardo Rilton.**

A maioria dos respondentes participantes considerou ótima, pois como podemos visualizar, grande parte dos respondentes não participaram da oficina.

Gráfico 17-

## CONTEÚDO DAS EXPOSIÇÕES

34 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Os comentários foram os seguintes:



“Bem interessante”.

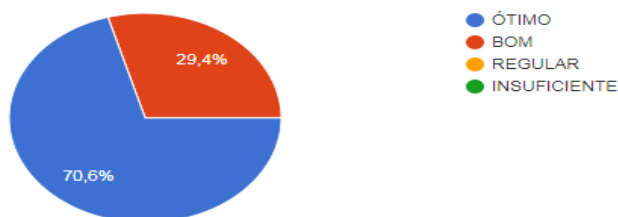
“Apesar do pouco tempo... o palestrante foi bem didático e com bom poder de síntese e a temática foi bastante pertinente e atual”.

Vejam os a avaliação quanto à didática da Oficina

Gráfico 18

#### DIDÁTICA

17 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Um dos participantes comentou que foi: “Lúdico, direto e com bom domínio da temática”.

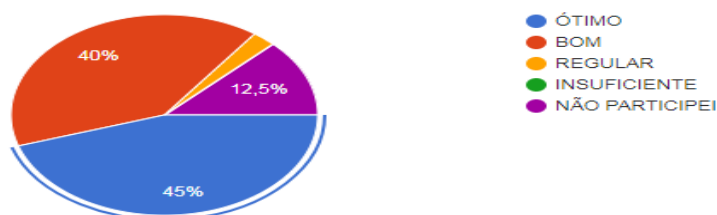
**2º DIA- 02/08/2017 – Palestra “Lei de Cotas – Bases Legais e fundamentos para sua aplicação na educação” com os palestrantes Felipe da OAB e Ana Leila da Proen.**

A maioria dos respondentes participantes considerou ótima.

Gráfico 19

#### CONTEÚDO DAS EXPOSIÇÕES

40 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Os comentários relativos a esta mesa redonda foram:

“O palestrante conseguiu abordar o assunto de modo superficial, não contribuiu em novas concepções e efeitos práticos da lei, entretanto era perceptível que os demais



participantes conseguiram ter maior proveito e engajamento na fala do palestrante”.

“Rica análise e discussão”

“Não ter ido os palestrantes pensados tanto da Proen quanto da OAB, mesmo que os convidados tenham esforçado-se havia uma maior expectativa.

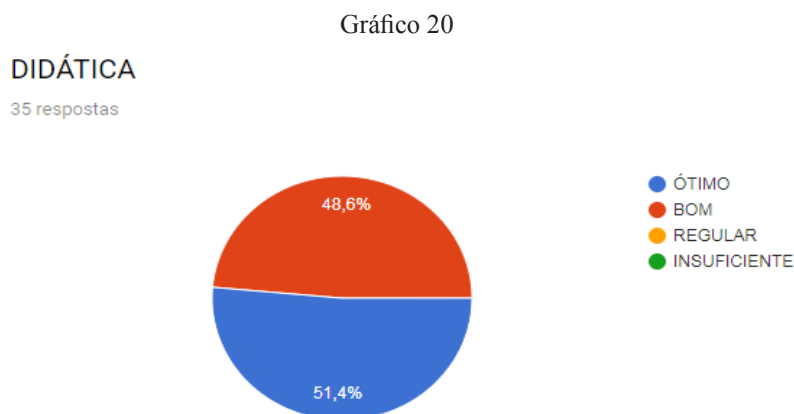
“Foi muito bacana os esclarecimentos”.

“Bom desempenho do palestrante”

“Palestrantes possibilitaram uma boa discussão sobre o tema”.

“O representante da OAB explanou o tema rapidamente, mas sem deixar o conteúdo de lado, foi conciso, mas não deixou a desejar enquanto ao conteúdo, porém, senti falta de uma aplicabilidade maior a nossa realidade e a articulação entre a fala dos dois convidados”.

Quanto à didática, a maioria também considerou ótima



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

“O tema do ingresso no IFCE ficou a desejar. E a condução do debate acabou discutindo questões que fugiam do tema. Muita réplica das perguntas e das respostas. Apesar de que o tempo disponibilizado para o debate ter sido muito bom”.

“Adequado”

“Bem interessante”.

“Utilização de boa didática”

“Muito boa a metodologia desenvolvida durante a atividade”

“Acho que faltou um diálogo entre a mesa”.

## **2º DIA- 02/08/2017 – Palestra - Diretrizes Nacionais para atuação dos Napnes nos IFs do Brasil - Franclin Costa do Nascimento**

No que se refere ao conteúdo das exposições, a maioria dos respondentes



participantes também avaliou como ótima ou boa o conteúdo desta palestra, conforme podemos perceber:



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

“Os comentários foram:

“Não foi conclusivo, nem objetivo na fala, não respondeu os questionamento de modo prático e condizente com a realidade do país, além de não ter experiência na execução da atividade junto à comunidade acadêmica, somente em articulações políticas”

“A apresentação foi condizente com a proposta da palestra”

“O palestrante demonstrou uma postura impositiva”

“Ampliação da visão da atuação dos Napnes”

“Não conseguiu acrescentar muito além do que já é realizado no IFCE”

“Também achei importante os esclarecimentos e a disponibilidade do sr. Franklin”

“Conteúdo requer mais tempo de discussão”

“Excelentes orientações que nortearão nossas ações nos *campi*”

“Houve questionamentos que sugerem uma reflexão mais aprofundada sobre a atuação dos Napnes dentro do Instituto”

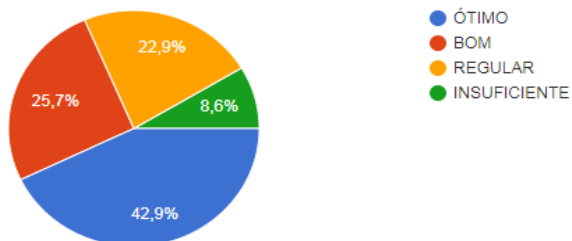
“Achei um pouco confuso e rápido demais...”

Quanto à didática a maioria dos respondentes também avaliou ótima ou boa.

Gráfico 22

## DIDÁTICA

35 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Os comentários foram:

“Adequada”

“Bem interessante”.

“Bom desempenho”

“Boa explanação”.

“O expositor tem domínio da oratória deixando-nos atentos ao que ele profere em sua fala”.

“Acredito que o professor tenha um trabalho reconhecido de implantação do serviço, de defesa ao atendimento qualificado a pessoa com deficiência na educação, mas é inadmissível que em um momento de estarmos tratando de inclusão, o palestrante trazer em sua fala o reforço a estereótipos, preconceitos a mulheres e a população afrodescendente. A luta da classe trabalhadora já é fragmentada demais para ainda encontrarmos em um momento de luta, o descaso as outras minorias”.

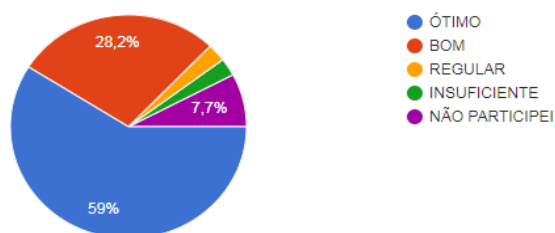
### 3º DIA - 03/08/2017 - Relatos de experiências de ações inclusivas pelos docentes em sala de aula – Daniel Lacerda

Quanto ao conteúdo, a maioria avaliou o momento como ótimo ou bom.

Gráfico 23

## CONTEÚDO DAS EXPOSIÇÕES

39 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria



Os comentários foram os seguintes:

“O professor demonstrou sensibilidade e comprometimento em relação às necessidades da aluna”

“Poderia ter tratado de maneira direta sobre as ações realizadas com o estudante”

“Não era uma experiência exitosa, mas um estudo de caso”

“Os compartilhamentos de ações desenvolvidas pelos Napnes com certeza ajudam na multiplicação destas ações na nossa Rede”

“O relato escolhido foi rico em informações e experiências que nos leva a territórios possíveis para o diálogo com nossos alunos e familiares”

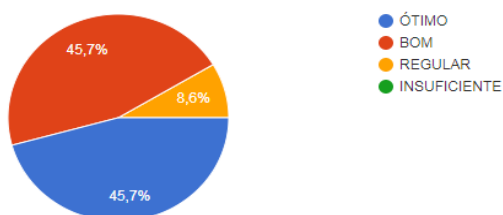
“Muito bom compartilhar casos de sucesso dos Napnes e a preocupação docente em fazer a diferença na vida do aluno... além do apoio e corresponsabilidade da equipe”.

Quanto à didática, vejamos que a maioria considerou ótima ou boa.

Gráfico 24

DIDÁTICA

35 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

“Alguns tópicos foram apenas testemunhais”

“Foi muito tempo só de fala, ficando cansativo”.

“Ele não soube narrar os fatos, ficou, por vezes, confuso”

“Explicação muito detalhada e enriquecedora”.

“Mais uma vez a experiência surge como metodologia e possibilidade de diálogo para a transmissão do conteúdo, nos deixando ‘íntimos’ de um caso e tendo possibilidades de refletir sobre nossa prática, com a consciência de cada caso é um caso e não existe receita de bolo”.

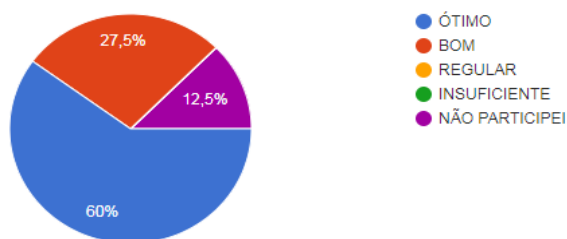
### **3º DIA - 03/08/2017 - Exposição dialogada do Plano e Instrumentais de Trabalho para os Napnes (Hellenvivan e Patrícia- Proext)**

A maioria dos respondentes participantes avaliou o momento como ótimo ou bom.



Gráfico 25  
CONTEÚDO DAS EXPOSIÇÕES

40 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Vejamos os comentários:

“Foi muito esclarecedor. Conduziu a visão na prática da atuação do Napne”.

“Achei muito importante a discussão e a construção dos instrumentais. Foi conduzida de forma clara”

“Novos parâmetros e desafios”

“Poderia ter sido após o regimento para poder ser mais produtivo”.

“Ótimo momento de discussão”

“Tema muito esclarecedor e norteador de ações futuras”

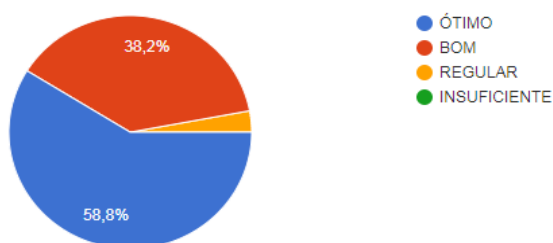
“Uma mesa bem clara e objetiva para nos atentarmos ao Diagnóstico situacional dos Napnes, ao Plano de atuação dos Napnes, aos relatórios de atividades dos Napnes. Porém, não entendi direito os instrumentais de avaliação abordados”

Quanto à didática:

Gráfico 26

DIDÁTICA

34 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

“Se tivéssemos recebido anteriormente ao dia da apresentação, talvez pudéssemos ter pensado/analísado melhor”

“Acredito que o tempo foi insuficiente para o aprofundamento da discussão.



Estávamos já cansados”

“Seria mais interessante em salas, discutindo com grupos menores e por área”.

“Explicações claras e objetivas”

“As expositoras souberam explicar objetivamente a meta que elas se propuseram”

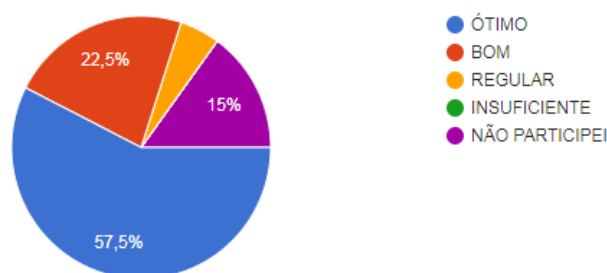
### 3º DIA - 03/08/2017 - Exposição dialogada/atualização do Regulamento dos Napnes e encaminhamentos - Agebson Façanha

A maioria dos respondentes participantes avaliou como ótima ou boa.

Gráfico 27

#### CONTEÚDO DAS EXPOSIÇÕES

40 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Os comentários foram:

“Apresentação clara e objetiva”.

“Visão democrática”

“Precisaria ter havido um estudo mais minucioso do regulamento do IFCE e de outras instituições, grupo da organização, o qual deveria ter mobilizado os participantes por e-mail a estudarem também”

“Conteúdo requer conhecimento e leitura pelos integrantes dos Napnes”

“Precisamos sempre dialogar sobre a regulamentação dos Napnes. Esse momento foi bastante esclarecedor”

“O conteúdo da exposição era interessante, principalmente para quem está entrando agora no Napne e não entende direito o regulamento”

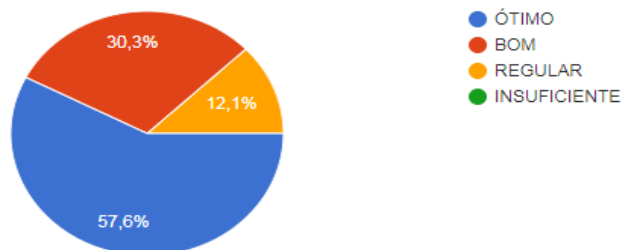
Quanto à Didática



Gráfico 28

## DIDÁTICA

33 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Com relação aos comentários:

“Achei confusas as formas de intervenção e acredito que isso tenha dificultado para as pessoas focarem nas propostas e encaminhamentos”

“Acredito que poderia ter sido mais produtivo se essa discussão não fosse a última atividade do Encontro”

“Intensa participação da equipe”

“O público poderia ter contribuído de forma mais objetiva”

“A metodologia aplicada possibilitou a participação de todos os envolvidos”

“O expositor organizou, a meu ver, um procedimento lógico e objetivo para realizar tal discussão que se sabia que ia ser demorada. Porém, o público não colaborou com a discussão se detendo a questões mínimas impossibilitando o andamento dos pontos planejados pelo expositor, que foi bastante generoso escutando a opinião dos presentes”

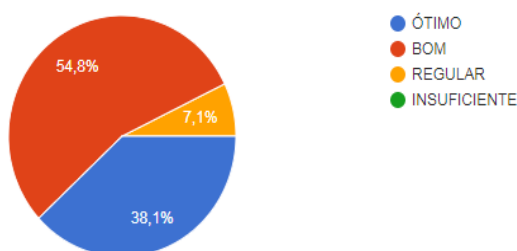
“Achei o tempo insuficiente para dar conta dessa atualização... acabamos gastando o tempo quase todo em discussões sobre termos e conceitos iniciais”

Com relação ao item TEMPO DESTINADO ÀS ATIVIDADES, obtivemos a seguinte avaliação:

Gráfico 29

## ADEQUAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE CADA ATIVIDADE

42 respostas



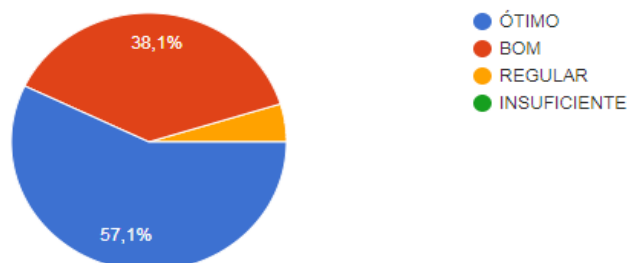
Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria



Gráfico 30

## DURAÇÃO DO ENCONTRO

42 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

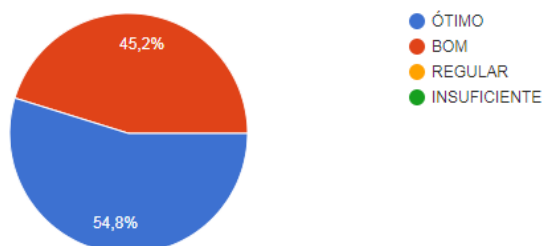
Em geral, verificamos que a duração do encontro foi satisfatória.

Quanto ao item EXPECTATIVAS E INTEGRAÇÃO que o grupo tinha com relação ao encontro. Todos consideram ótima (54,8%) ou boa (45,2%).

Gráfico 31

## INTERAÇÃO DO GRUPO

42 respostas



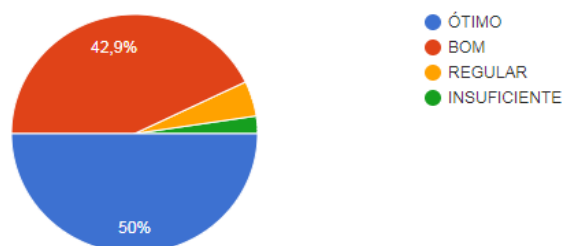
Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

E, sobre, as prograções culturais a avaliação também foi positiva, como segue no gráfico abaixo:

Gráfico 32

## PROGRAMAÇÕES CULTURAIS

42 respostas



Fonte: elaboração própria da comissão de relatoria

Perguntamos, ainda, se, dentre os assuntos tratados, algum não havia ficado evidente e os participantes comentaram o seguinte:

“Os objetivos das ações e missão dos Napnes nos demais institutos e a Lei de Cotas”

“Flexibilização curricular. Abordagem muito superficial”

“Ficaram todos bem claros”

“Não. Estou no NAPNE há 6 meses e gostei muito do encontro porque pude conhecer as discussões e a sistematização de atuação do NAPNE”

“Diretrizes Nacionais para Atuação dos NAPNES nos IF's”

“Finalidade dos NAPNES. Foi amplamente discutido e revisado os objetivos do programa”

“Adaptação curricular e Lei de cotas”

“A oficina sobre a lei brasileira de inclusão que foi cancelada, foi uma perda importante do evento”

“Preciso aprofundar-me quanto à legislação”

“As informações repassadas durante o encontro foram muito importantes, mas acredito que alguns temas devam ser mais aprofundados em cada Napne”

“No regulamento diz que o Napne, dentro do *campus*, no primeiro ano, é ligado ao gabinete do diretor-geral, mas depois de passado esse período, não fica claro a que setor o Napne ficará ligado”

“Também ainda ficou dúvida sobre a carga horária dos participantes e como contabilizar isso com os técnicos e professores”

Outro questionamento foi se não faltou nenhum assunto e os participantes responderam sim, apontaram o seguinte:

“Compreensão sobre o vínculo das pessoas com deficiência e as pessoas com altas habilidades”

“Altas Habilidades / Superdotação”

“Senti falta da participação de mais *campi* com relato de experiência”

“Senti falta de representantes de instituições que também trabalham com a temática da Inclusão”

“Acessibilidade dos *campi*”

“Abordagem do tema do discente com Transtorno do Espectro Autista de modo mais específico”

“A situação da Educação Especial nas outras instâncias públicas: estado e município”

“Não. Acredito as demandas mais importantes e exequíveis foram levantadas

neste último encontro”

“Considerarei que deveria haver mais experiências compartilhadas, por parte de outros *campi* que já possuem o Napne consolidado”

“Para mim, que sou novo no Napne, senti falta de uma abordagem sobre a Lei de inclusão, mas é uma questão minha, pois acredito que em outros encontros este tema fora debatido, assim, também, como os organizadores propuseram um curso sobre esta temática, acredito para suprir esta lacuna aos recém-chegados que ainda estão buscando entender a Lei, pena que o mesmo não aconteceu”

“Por serem vários os assuntos voltados para a defectologia, não é possível abordar todos, mas o que foram abordados foram importantes”

Como as PRINCIPAIS POTENCIALIDADES DO EVENTO levantaram os seguintes:

“É um momento importante para a instituição que podem ser compartilhado experiências entre os Napnes e terem uma unidade nas atividades realizadas para as pessoas com deficiências e a comunidade acadêmica”

“Diversidade dos presentes com suas experiências e conhecimento”

“Orientar as ações dos Núcleos; Integrar os participantes; Debater sobre os assuntos ocorridos no último ano; Despertar o interesse na temática das oficinas ofertadas”

“Fortalecimento do Napne”

“Excelente discussão, profissionais capacitados e atualizados”

“Provocar o envolvimento das pessoas”

“Organização e temáticas abordadas pertinentes”

“A troca de experiências com os outros Napnes é muito importante e precisa ser incentivada, portanto, o ideal é a continuidade das submissões de experiências exitosas, mas que o prazo seja ampliado e que seja feita uma maior divulgação e com mais antecedência”

“Fomento e integração de atividades em REDE”

“Participação do grupo; vontade da comissão organizadora em fazer o evento acontecer; disponibilidade para tradução do evento em libras e de áudio descrição”

“Ampliar as discussões sobre a temática da Inclusão e da acessibilidade para um público diversificado”

“Palestrantes, cursos”

“Os assuntos, os participantes e as relevâncias dos temas”

“Exposição dos desafios quanto à inclusão social”.

“Programação, criação do grupo para integração e troca de informações, infraestrutura”.

“Palestrantes, sem dúvida”.



“Os palestrante, eles são ótimos”.

“A motivação e o amor pela causa demonstrados por todos os participantes”

“A integração entre os membros dos Napnes e a normatização/padronização das ações a serem implementadas em cada *campus*”.

“Troca de saberes”

“Organização, equipe que se ajudou, unidos. Relevância da escolha do tema. Apoio do diretor do campus de Juazeiro e da equipe de eventos e dos alunos do *campus*”

“Palestras e oficinas”

“Troca de experiências”

“Preocupação da Proext com a nossa formação para o atendimento com qualidade dos nossos alunos”

“A surdez e o trabalho com deficiência visual”

“Compartilhamento e troca de experiências entre os *campi*... o que veio a estimular e dar encaminhamentos para a atuação do Napne”

Com relação aos PONTOS NEGATIVOS, foram expostos os que seguem abaixo:

“Já mencionei durante o preenchimento do documento”

“Falta de uma melhor metodologia na construção dos debates”

“Ir de ônibus para Juazeiro; pouco suporte local/*campus*; falta de equipe para auxiliar durante o evento”

“Acho que deveriam estar presentes todas as pessoas que atuam no Napne dos *campi*”

“Atrasos no início e final das palestras”

“Faltou o relato de experiência de servidores do IFCE de Juazeiro do Norte”

“Participação pouco produtiva e impositiva do representante do MEC”

“Apesar da infraestrutura do *campus* ser excelente, o fato de ele ser muito distante fez com que gastássemos dois dias somente para deslocamento”

“Não, que recorde no momento”

“Poucos servidores e estudantes do *campus* envolvido; poucas apresentações culturais; não ter sido promovido um momento de integração. Posturas machistas do representante da Setec; não atendimento no conteúdo das principais temáticas do evento; não garantir de participação dos servidores com todos os direitos”

“Informações prévias sobre o conteúdo teórico das oficinas e localização das mesmas (salas que elas iam acontecer) dentro do *campus*, foi ruim ou insuficiente”

“Cursos simultâneos”

“Público de estudantes pequeno”

“A participação do público podia ser mais objetiva. Necessidade de maior rigor no controle do tempo”

“Não houve participação expressiva dos servidores do IFCE”

“O tempo. Acredito que as discussões do último dia deveriam ser desdobradas em dois dias. Muita coisa para pouco tempo. Acredito que a discussão do regulamento pudesse ser um turno inteiro ou quem sabe um dia de encontro”

“A distância de Fortaleza”

“Falar mais sobre transtornos”

Solicitamos, ainda, no último tópico de avaliação - SUGESTÕES DE MELHORIAS PARA OS PRÓXIMOS ENCONTROS – e os respondentes apontaram:

“Continuar a variedade de realizações do encontro dos Napnes, podendo proporcionar e dar visibilidade as atividades realizadas pelo próprio *campus*”

“Fazer o próximo evento no auditório da reitoria ou *campus* Fortaleza”

“Fazer em dois dias; pensar na relatoria por outros membros que não sejam da Proext”

“Oficina sobre acompanhamento de alunos autistas”

“Convocar alunos do próprio *campus* para auxiliar as pessoas com deficiência, onde receberão instruções antecipada de como atuar e ao final receberão um certificado de colaboração”

“Pesquisa com os Napnes sobre sugestões de temas para os próximos Encontros; apresentações culturais a cada início ou final de turno; incluir a discussão sobre orçamento disponível para o Napne (como regulamentar isso)”

“Fazer em julho ou dezembro (quinta, sexta e sábado)”

“Antecipar a revisão do regulamento e concluir com o planejamento de ações”

“Ampliar a mobilização de participantes; fazer em um *campus* que tenha a estrutura física e de recursos humanos para atender as demandas do evento”

“Cartazes expondo os locais das oficinas, alimentos para pessoas com alimentação especial, hipertensos ou diabéticos, como frutas inatura, ou biscoitos *diet*”

“Cursos em horários diferentes”

“Que haja mais divulgação do evento”

“Controle do tempo dos participantes”

“Um pouco mais de tempo, duração”

“Procurar manter essa mesma dinâmica de planejamento das ações”

“Contatar a equipe de multimeios de outro *campus* para dar suporte. A equipe de um único *campus* não dá conta para o tamanho das atividades, principalmente para logística de organização dos recursos de multimídia dos minicursos. E também, maior



tempo, um dia a mais quem sabe, para dar tempo discutir todos os assuntos, pois tinha mesa/palestra/exposição dialogada que demandaria um tempo maior que o estipulado”

“Procurar abordar temas diferentes dos que foram abordados nesse encontro”

“Ter mais tempo para discussão do regulamento”

“Ser próximo a Fortaleza”

“Façam os encontros no *campus* Fortaleza”



## 5. OUTRAS FOTOS

### Momento de Relatoria

Foto 26 - Ana Leila na relatoria



Fonte: Maria Dias

Foto 27 - Ricardo Rilton na relatoria



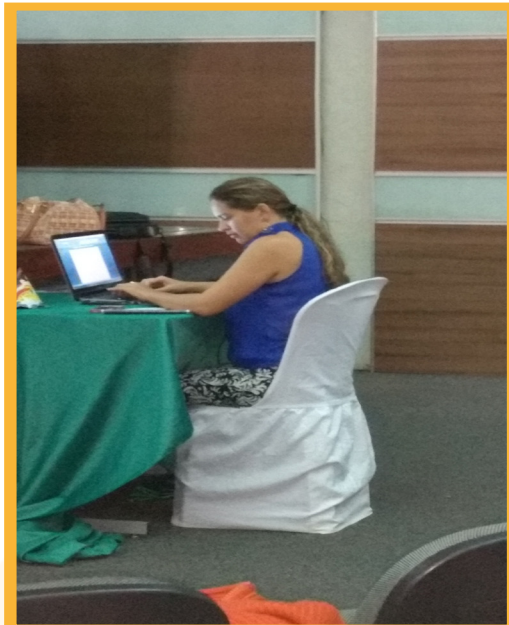
Fonte: Maria Dias

Foto 28 - Juliana na relatoria



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 29 - Germana na relatoria



Fonte: Patrícia Freitas



## Momentos de Interpretação

Foto 30 - Daniele, intérprete de Limoeiro do Norte



Fonte: Maria Dias

Foto 31 - Mardônio, *campus* Fortaleza, interpretando para participação de professor em programa de TV



Fonte: Patrícia Freitas



## Plenárias, debates e apresentações culturais

Foto 32 - Plenária do evento



Fonte: Maria Dias

Foto 33 - Plenária do evento



Fonte: Maria Dias

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.*

**Bertolt Brecht**

Foto 34 - Aureliano, campus Tauá, participando de debates



Fonte: Maria Dias

Foto 35 - Apresentação cultural



Fonte: Maria Dias

Foto 36 - Alguns finalistas do evento



Fonte: Maria Dias

Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

(Mario Quintana)



Foto 37 - Retorno de alguns participantes no ônibus do IFCE



*“ Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade? ”*

**Rosa Luxemburgo**



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Ceará

---

Pró Reitoria  
de Extensão

